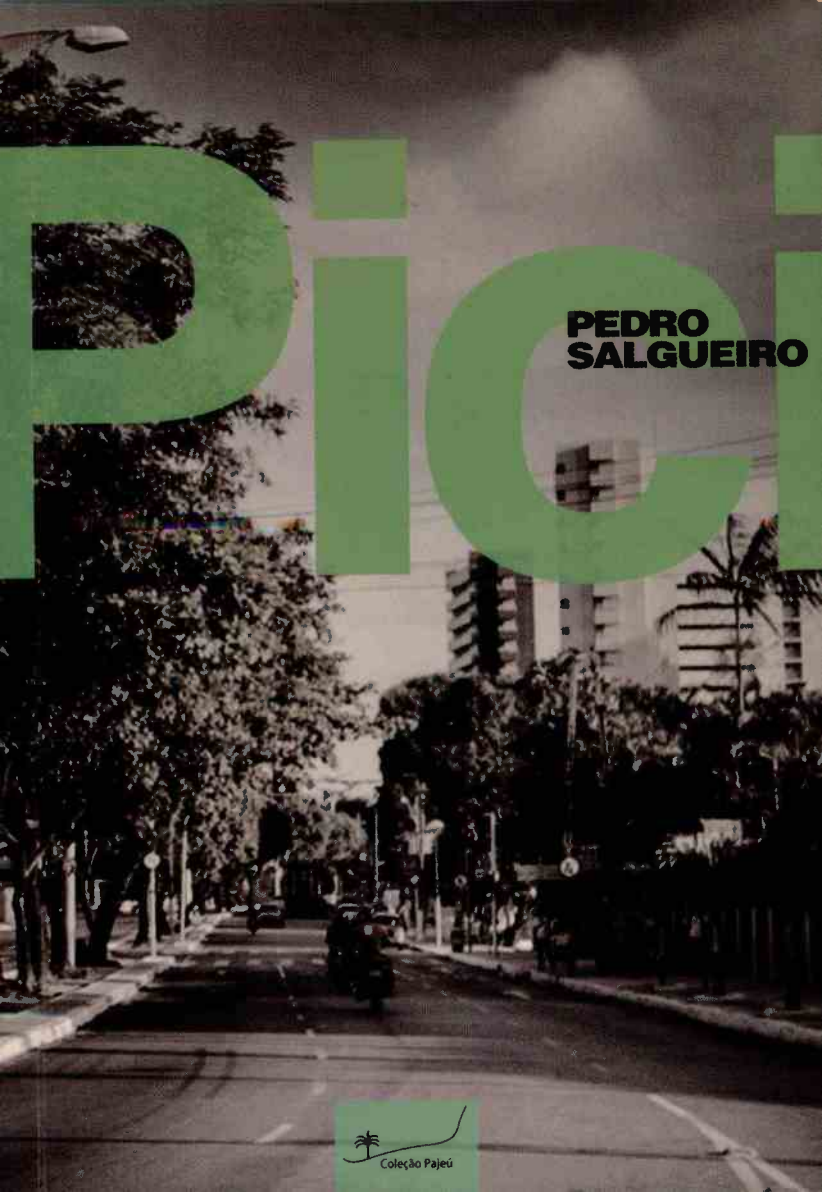




**PEDRO
SALGUEIRO**

As cidades são construídas de histórias, memórias e mistérios, feitas de um estuário de afetos, retóricas, discordâncias, interesses, apegos, datas e festas. Grandes celebrações! São os homens com seus sólidos perfis que constroem e desmancham as cidades todos os dias.

A Coleção Pajeú, por meio da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza, é uma proposta editorial que pretende reafirmar a memória material e imaterial dos bairros de nossa cidade, permeada por uma consciência cidadã e histórica.

Nessa primeira etapa, ela contempla os bairros Barra do Ceará, Pici, Maraponga, Parangaba, Centro, Messejana e Mucuripe.



PEDRO SALGUEIRO nasceu no Ceará (Tamboril, 1964). Publicou *O Peso do Morto*, *O Espantalho*, *Brincar com Armas*, *Dos Valores do Inimigo e Inimigos*, de contos; além de *Fortaleza Voadora*, de crônicas. Venceu o Prêmio de Contos da Biblioteca Nacional/INL, o Prêmio da União Latina—Concurso Guimarães Rosa de Literatura/Radio France Internationale, dentre outros. Tem contos em diversas antologias, como *Geração 90*, *Os Cem Menores Contos Brasileiros do Século XX*, *Contos Cruéis e Quartas Histórias*. Edita as revistas *Caos Portátil* e *Para Mamíferos*. Organizou o *Almanaque de Contos Cearenses* e *O Cravo Roxo do Diabo*: o conto fantástico no Ceará. *Dos Valores do Inimigo* foi indicado para o vestibular da UFC em 2005 e 2006 e *Inimigos*, finalista do Prêmio Jabuti de Literatura, da Câmara Brasileira do Livro, em 2008. Escreve coluna no jornal *O Povo*.



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria Municipal de Cultura
de Fortaleza

“Quando papai comprou o Pici – o nosso sítio, perto de Fortaleza –, lá se encontrou a velha casa do antigo proprietário, o padre Ferreira da Cunha.

(...) Fizemos então a nova casa, enorme, um vaticano, salas largas, rodeada de alpendres, como nós gostávamos. Foi lá que escrevi *O Quinze* Muito perseguida, pois minha mãe me obrigava dormir cedo – ‘essa menina acaba tísica!’ –; quando todos se recolhiam, eu me deitava de bruços no soalho da sala, junto ao farol de querosene que dormia aceso (ainda não chegara lá a eletricidade), e assim, em cadernos de colegial, a lápis, escrevi o livrinho todo.”

Rachel de Queiroz





Pici



Obra realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza,
por meio da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza – Secultfor.

Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza
Gaudêncio Gonçalves de Lucena

Secretário Municipal de Cultura de Fortaleza
Francisco Geraldo de Magela Lima Filho

Secretária-Executiva
Paola Braga de Medeiros

Assessora de Políticas Culturais
Nilde Ferreira

Assessor de Planejamento
Inácio Carvalho de A. Coelho

Assessora de Comunicação
Paula Neves

Assessor Jurídico
Vitor Melo Studart

Coordenadora de Ação Cultural
Germana Coelho Vitoriano

Coordenador de
Criação e Fomento
Lenildo Monteiro Gomes

Coordenador de Patrimônio
Histórico e Cultural
Alênio Carlos N. Alencar

Coordenador
Administrativo-Financeiro
Max Diego de Carvalho Caldas

Diretora da Vila das Artes
Claudia Pires da Costa

Secretária da Regional III
Maria de Fátima Vasconcelos Canuto



**Prefeitura de
Fortaleza**
Secretaria Municipal de Cultura
de Fortaleza

Pedro Salgueiro

Pici

Dos velhos sítios à periferia



Copyright © 2014, Pedro Salgueiro

Concepção e Coordenação Editorial

Gylmar Chaves

Projeto Gráfico e Diagramação

Khalil Gibran

Revisão

Milena Bandeira

Fotos da Capa e Contracapa

Gentil Barreira - Imagem Brasil

Supervisão Técnica

Adson Pinheiro/Amanda Nogueira

Catálogo na Publicação

Bibliotecária : Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 /801

S 164

Salgueiro, Pedro

Pici: dos velhos sítios à periferia / Pedro Salgueiro.-Fortaleza:
Secultfor, 2014.

88 p.

(Coleção Pajeú)

ISBN: 978-85-420-0364-2

1. História

2. História social

1. Título

CDD: 900

Sumário

Localização geográfica do bairro Pici 9

A origem do nome Pici 11

Base Aérea Americana do Pici 17

Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará 25

Fortaleza Esporte Clube: o “Leão do Pici” 35

Memórias de Rachel de Queiroz
sobre o “Sítio do Pici” 45

Parque Ecológico Rachel de Queiroz 62

Curiosidades sobre o bairro Pici:

Estrada do Pici 69

A Casa dos Benjamins 71

Rachel de Queiroz e os *Blimps* americanos 74

“*Tangerine-Girl*” 75

Os resquícios da velha base americana 80

Bairros que nasceram “dentro” do Pici 82

Referências Bibliográficas 85

*Agradecimentos: José Liberal de Castro,
Sânzio de Azevedo, Fernanda Coutinho,
José Sales Costa, Miguel Ângelo de Azevedo
(Nirez), Tércia Montenegro, Raymundo
Netto, Silas Falcão, Leila Nobre, Gylmar
Chaves, Socorro Acioli, Maria Luiza de
Queiroz, Rodrigo Marques, Ana Célia do
Vale Veras e Milena Bandeira.*

Localização geográfica do bairro Pici

OPici é um bairro que está localizado na zona oeste da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Mas, para sermos mais precisos, temos que dizer que ele se estende a sudoeste da “capital alencarina”, enviesado e impreciso em seus limites oficiais.

Conversando com alguma pessoa mais antiga, ela não terá dúvidas em afirmar que o Pici está localizado, na verdade, ao sul de nossa “loira desposada do sol” (como belamente descreveu a capital cearense o poeta Paula Ney). A confusão se dá por dois motivos, acho eu: o primeiro, pelo fato de o bairro ter nascido de sítios a oeste da Parangaba, e o segundo, por suas vias de acesso mais frequentes serem pelas avenidas Carneiro de Mendonça e Fernandes Távora (e antigamente pela Estrada do Pici, hoje uma ruazinha torta perdida entre o Jôquei Clube e o Henrique Jorge); e tanto a Parangaba (que foi o bairro que sempre esteve mais próximo e lhe serviu de referência geográfica) quanto as duas

avenidas de fácil acesso estão localizadas ao sul de Fortaleza. Alguns vislumbram também o Pici erroneamente ao sul.

Seguindo para o Pici pela Av. Bezerra de Menezes (sentido Centro-Caucaia), quando esta se transforma em Av. Mister Hull, bem no cruzamento com a Av. Humberto Monte, à esquerda teremos o início (não histórico, porque o Pici começou a ser povoado no lado oposto, aos fundos do Campus do Pici da UFC, ao redor da Base Aérea Americana da II Guerra Mundial) do bairro. Circulando-o em sentido horário, teremos em sua lateral “leste” os bairros Amadeu Furtado, Bela Vista, Pan-Americano e Demócrito Rocha; ao “sul”, Jóquei Clube e Henrique Jorge; a “oeste”, Dom Lustosa e uma pontinha de Antônio Bezerra; já ao “norte”, Padre Andrade, Presidente Kennedy e Parquelândia.

Olhando superficialmente o bairro, com sua pobreza aparente, suas ruas irregulares, sua violência que estampa frequentemente as páginas policiais, não imaginamos o que tem “espalhado” (e, muitas vezes, escondido) em seu imenso território: o maior *campus* universitário do Ceará (Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará), Subestação Pici II (da Chesf), Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC), Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Subestação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Centro Social Urbano César Cals, EEFM

Antonieta Siqueira, Conjunto Habitacional Planalto Pici, suas três grandes favelas: Buraco da Jia (ao norte, para as bandas do Antônio Bezerra e Padre Andrade), Favela do Pici (também conhecida como Favela do Papoco, nos fundos do Campus Universitário da UFC) e Favela do Pantanal (a oeste, na confluência com o bairro Dom Lustosa), além de várias outras áreas de invasão habitacional, completamente desorganizadas e pouco assistidas pelo poder público.

A origem do nome Pici

Existem controvérsias que persistem até hoje com relação à origem do nome “Pici”. Uma versão fantasiosa, como nos diz o pesquisador e memorialista Miguel Ângelo de Azevedo, o Nirez, é a de que a alcunha seria a abreviatura da expressão *Post Command* – PC, em relação à base norte-americana da II Guerra Mundial –, sendo que as letras “p” e “c”, em inglês, são pronunciadas, respectivamente, como “pi” e “ci”. O pesquisador nega essa versão ao lembrar que a expressão correta seria *Command Post* (CP, portanto), mas Sânzio de Azevedo, irmão de Nirez, nos esclarece que existe também, em inglês, a expressão *Post of Command*. O que, mesmo assim, não justifica a fantasia, pois, ressalta

Nirez, o lugar já tinha esse nome desde o século XIX, quando um sítio da família Braga, “Sítio Pery” (tudo indica que foi o primeiro nomeado assim, e só depois apareceram outros sítios, como os da família Queiroz e Weyne, com esse mesmo nome), recebeu essa denominação em homenagem aos personagens Pery e Cecy, do romance *O Guarani*, obra do escritor cearense José de Alencar.

No texto “História e andanças”, do livro iconográfico *Viva Fortaleza*, o organizador (juntamente com Patrícia Veloso) Gylmar Chaves nos fala sobre essa polêmica: “Segundo o pesquisador e memorialista Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), a denominação de Pici não se deve à pronúncia em inglês das letras ‘p’ e ‘c’ em referência ao Posto de Comando de uma base aérea militar instalada na cidade pelos americanos durante a II Guerra Mundial (...) Nirez nos aponta ainda que naquelas terras se localizava um centenário sítio pertencente ao agrimensor Antônio Braga. Por ter se apaixonado pelo romance *O Guarani* de José de Alencar, aglutinou o nome de seus principais personagens, Pery e Cecy, batizando-o de ‘Sítio Pery’.”

Fui à casa do pesquisador Nirez confirmar suas palavras, e logo na entrada do seu museu/arquivo ele apontou uma placa que dá nome ao salão principal: “Sala Descartes Selvas Braga”, que recebe a homenagem por ter sido (além de seu amigo) o primeiro colecionador de discos do

Ceará. Em seguida, relatou-me que Descartes sempre lhe dizia que o sítio em que nascera fora batizado por seu avô, Brazilino da Silva Braga, de “Sítio Peczy”, devido ao velho avô ser admirador de José de Alencar. Para confirmar a versão do amigo, Nirez retirou da estante o *Dicionário do Barão de Studart* e me mostrou o verbete referente ao pai do colecionador Descartes (e filho do seu avô Brazilino): Julio Henrique Braga: “Falecido na Villa do Castanhal, Estado do Pará, a 5 de Setembro de 1901, filho de Brazilino da Silva Braga e D. Brazilina de Almada Braga. Nasceu no sítio Peczy, districto de Parangaba”.

Meu amigo Sânzio de Azevedo, irmão de Nirez, ajudando-me na pesquisa sobre a origem do nome “Pici”, encontrou este pequeno trecho de Alfredo Weyne, em seu livro *Pedaços do meu passado* – memórias, falando inicialmente de seu pai, Alfredo da Costa Weyne: “Em 1873, casava-se ele com minha mãe, Antônia Nunes de Mello, filha de um abastado português e de Ana Braga, cearense. Meu avô, Antônio Nunes de Mello, deixara Portugal aceitando um convite de seu tio que aqui já se estabelecera no alto comércio do algodão. Mais tarde, meu avô adquiriu vastas terras (para ser exato, 2.119 braças) um pouco distante do centro, a que deu o nome de Peczy, onde construiu o casarão que tanto amava, embora ali se demorasse apenas em fins de semana. Em seus últimos anos de vida, no entanto, transferiu-se definitivamente para lá”. (p. 9)

No artigo “Martins Filho, o edificador”, do livro *Martins Filho de Corpo e Alma*, em homenagem ao centenário deste (organizado por Paulo Elpídio de Menezes Neto), o arquiteto José Liberal de Castro, tratando sobre o acervo imobiliário da Universidade Federal do Ceará, quando se refere ao “Campus do Pici da UFC”, fala sobre as origens do nome Pici e põe mais lenha (e dados novos) na fogueira: “A denominação *Campus* do Pici logo se impôs, conquanto topograficamente incorreta. Teria sido melhor dizê-la *Campus* de Santo Anastácio, pois, na verdade, Pici era nome de um sítio distante, localizado a oeste da Lagoa da Parangaba, em cujas proximidades foi locado o portão de acesso à base. Impôs-se com as referências comumente feitas na Agronomia às terras vizinhas a cerca de separação do trecho norte da Base do Pici, à parte de haver prevalecido o uso de palavra curta e expressiva. O vocábulo parece ter origem indígena. Significa coceira, certamente produzida por urtigas espalhadas pela região. É topônimo muito antigo, citado por José de Alencar, no *Como e por que me tornei romancista*, referindo fatos e pessoas, particularmente um ‘João do Picy, morador daquele aprazível arrabalde de Porangaba’, com quem travou conhecimento quando de sua última viagem ao Ceará em 1873. ‘Picy: lugar no município de Porangaba’, depõe Álvaro George Gurgel de Alencar em seu *Diccionario Geographico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*, publicado em 1903, quando a Parangaba era comuna autônoma. O livro de memórias do Alfredo

Weyne narra o cotidiano do sítio em dias das primeiras décadas do século XX. No Pici, também viveu a escritora Rachel de Queiroz por volta de 1930, quando escreveu *O Quinze*. Na década de 1940, quando da implantação da Base Aérea, a ampla gleba original do sítio já se apresentava dividida, provocando o aparecimento de vários Picis. Não obstante, alguns inscientes, inventores de tradições, sempre em franca proliferação na cidade, passaram a divulgar uma inverdade, segundo a qual Pici se trata de um termo usado pelos americanos, divulgado durante a guerra, alusivo a uma sigla militar”. (p. 211 a 213)

O conjunto dos depoimentos falados e escritos nos proporciona, portanto, dados seguros para afirmar que a origem do topônimo “Pici” vem do nome de antigos sítios, o primeiro possivelmente da família Braga, que deu nome à região como um todo; depois foram surgindo outros sítios e chácaras que adotaram o nome já amplamente conhecido.

Mês passado fomos, Nirez, eu, os escritores Raymundo Netto e Tércia Montenegro, fazer uma “visita de campo” às terras que deram origem ao nome “Pici”: procuramos em vão o Sítio “Pecy”, dos Braga, e não encontramos nem rastros dele, possivelmente derrubado para a construção de um conjunto de apartamentos populares ao lado da Av. Perimetral; já o “Sítio do Pici”, da família Queiroz, mesmo tendo sido dividido e estando quase todo loteado para construções

populares, continua de pé, a sua casa grande ainda resistindo ao tempo e aos maus tratos, com seus frondosos benjamins defronte; está bem deteriorado, é verdade, sendo hoje mais conhecido como “Sítio do Papai” (localizado no atual bairro Henrique Jorge, à Rua Antônio Ivo, 290). Demos uma volta no quarteirão e também não encontramos sinais do antigo açude, e mesmo o “Riacho Pici” (mais conhecido como Riacho Cachoeirinha) está mais parecido com um esgoto a céu aberto, espremido entre as muitas casas do agora populoso bairro Henrique Jorge.

Dias depois de encerrada a pesquisa, meu amigo Rodrigo Marques, professor e pesquisador da Literatura Cearense, me enviou o seguinte trecho de José de Alencar: “Tive, no Ceará, ocasião de conhecer e praticar um velho maior de oitenta anos, o Sr. Filipe José Ferreira, mais conhecido como Filipe do Pici, por morar nesse aprazível sítio, próximo de Arronches¹. É ele casado com uma descendente do grande algodão (Amanai), contemporâneo do célebre Camarão (Poti). Sabe que são estas as duas linhagens cearenses da nobreza indígena. (...) O velho Filipe é filho do Crato, que se pode considerar o berço da liberdade cearense. Assistiu às lutas que precederam a independência e que foram os sintomas de sua gestação. Quando chegou à província a notícia do insulto paraguaio, ele foi dos primeiros que

¹ Nome antigo do bairro Parangaba.

soltaram o grito de guerra”. (ALENCAR, José de. *O Nosso Cancioneiro*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 33).

Base Aérea Americana do Pici

Mesmo estando bem claro, através dos muitos depoimentos falados e escritos, que a origem do bairro Pici está ligada ao antigo “Sítio Peci” – antes escrito Peci devido à grafia arcaica de Pery e Cecy, só depois modificada para Peri e Ceci, personagens do romance de José de Alencar, *O Guarani*, de cuja junção o pesquisador Nirez acredita ter vindo o nome do sítio da família Braga, que deu origem à região e, depois, ao bairro –, correu, depois da II Guerra Mundial, a versão de que o nome do bairro tinha origem na sigla PC (pronunciada em inglês “Pi-ci”), referente ao *Post of Command* da Base Aérea Americana, instalada no bairro em 1942 (a obra se iniciou em 1941). Esse errôneo boato ainda hoje corre entre leigos e até entre pesquisadores desavisados. O amigo escritor e pesquisador de literatura Sânzio de Azevedo (irmão de Nirez) conta que leu no livro *Estórias da Caserna*, do tenente-coronel da infantaria Murilo Luz, a mesma versão equivocada sobre a “origem americana” do nome do bairro Pici, de quebra, o oficial reformado também erra feio em relação à origem

do nome da segunda Base Americana em Fortaleza, a do Cocorote (onde hoje é o Aeroporto Pinto Martins); diz ele, em capítulo que fala das “boas” e “más” influências dos “gringos” quando estiveram por aqui: “Os motoristas de táxi da época, sempre ávidos de conseguirem passageiros, lutavam por pontos de estacionamento próximos aos bares e zonas alegres, onde os drinques em excesso produziam em seus prováveis usuários americanos, pois os mesmos, desconhecendo a cidade e desorientados sob a ação do álcool, a solução para essa emergência era apelar para os salvadores táxis que, invariavelmente, adotavam dois itinerários: Cocorote e Pici, assim denominados pela corruptela local em pronunciarem *Cocó route* e *PC*, letras ditas em inglês da abreviatura de Posto de Comando, onde se alojavam as tropas americanas e que até hoje, aliás, assim ficaram conhecidos como bairros de Fortaleza”.

No livro de memórias, escrito “a quatro mãos”, da escritora Rachel de Queiroz e de sua irmã caçula Maria Luíza de Queiroz, temos um capítulo inteiro intitulado “A Base Aérea”, no qual são rememorados os anos que a família delas residiu no histórico “Sítio do Pici” (originando verdadeiramente o nome da Base Americana, e não o contrário), assim como traça em linhas lúcidas e claras o início do desordenado povoamento das áreas ao redor, que nas décadas seguintes se intensificaria até se tornar o populoso bairro de hoje; também lucidamente antevê o problema

maior da região, que já se anunciava (e permanece até os dias de hoje): o da violência.

Vejamos, então, este importante documento de memória:

“A BASE AÉREA (MARIA LUÍZA DE QUEIROZ)

Em começos da década de 40, papai recebeu uma proposta de compra para uma parte do Pici. A parte fronteira, não produtiva, como se diria hoje – nem mata, nem plantação, onde só, tempos atrás, fora cultivada alguma mandioca, mas nem para isso a terra dava.

Havia no Pici, cortando a frente, uma demarcação histórica que nada tinha a ver com os limites reais do sítio, apenas o atravessava, mas que, para nós, era uma espécie de símbolo, meio mítico: ‘as trincheiras’. Trincheiras de verdade, cavadas no tempo dos rabelistas, para defender a capital contra a invasão dos jagunços de Juazeiro. Nunca foram usadas, ao que sei. Mas estavam lá, respeitadas, como o local de algum antigo culto de missa negra. Aquelas valas fundas, que nem chuvas nem ventos conseguiram aterrar. Até o mato que cresceu por lá não conseguiu disfarçar a depressão do terreno.

Os compradores queriam adquirir as terras limitadas por essas trincheiras. Mas assim não podia ser: as trincheiras

eram um marco, estavam muito próximas de nós, faziam parte do sítio. Como a nossa situação financeira não andava muito bem (com a entrada em funcionamento das novas máquinas a diesel diminuía drasticamente, no Junco, o fornecimento de lenha para a Estrada de Ferro), papai, depois de muita hesitação, num impulso quase dramático para todos nós, resolveu vender aquela parte do Pici, não como os homens queriam, mas só a faixa de terra que ficava lá longe, fora das vistas dele. É verdade que todo dia, a caminho da cidade, teríamos que atravessá-la, pisar em chão onde já não poderíamos cavar, jogar pedras, fazer uma casa ou um castelo, pois seria terra alheia e a isso a gente não estava acostumada. Mas, de qualquer forma, esse braço do Pici foi vendido.

Meses depois, o Brasil entrou na guerra e então soubemos que naquela faixa de terra e mais nas de outros proprietários – inclusive terras do asilo, pegando o cemitério dos doidos – seria construída a base aérea americana. Logo foram iniciadas as obras de desbastamento e terraplanagem e, não tardou, os americanos começaram a aparecer. Primeiro os técnicos e engenheiros, e em seguida os soldados. Aos poucos foram tomando chegada lá em casa e, através de intérpretes, fazendo amizade com papai, a quem pediam licença para percorrer o sítio, alegando a necessidade de conhecer as vizinhanças da base, a direção dos ventos e das águas; mas, na verdade, faziam um mapeamento de toda a região.

Papai, grande conversador que era, recebia todos, explicava o que eles queriam saber e indagava sobre as coisas da guerra – provavelmente muito mais informado do que eles, pois o doutor Daniel era um profundo conhecedor de história, passada, recente, atual. Os reis da França eram seus íntimos, os ingleses seus irmãos; nas guerras, em todas elas, ele sofreu fome e frio junto com os soldados, participou de todos os tratados, sangrou em todas as traições. Essas longas conversas que deixavam tontos os intérpretes deviam, decerto, surpreender os americanos, quase todos muito jovens.

Enquanto isso, o contingente de soldados ia aumentando. Fortaleza parecia estar no centro das operações de guerra. Aliás, estava mesmo, pois de lá, da nossa base, é que partiam os cargueiros, os bombardeiros, os Catalinas, num pouso intermediário entre os Estados Unidos e as frentes de batalha na África e na Europa. Tão valentes, tão entusiasmados, tão dispostos a enfrentar a morte; de arma branca, porém, eles tinham medo. E os nativos logo descobriram essa fraqueza. Perto do grande portão de entrada da base, se aglomeravam os botequins, frequentados pelo pessoal da terra, os caboclos, as mulheres. De vez em quando surgia arruaça e, na discussão, um bêbado mais afoito começava a dizer impropérios – já com algumas palavras em inglês –, e então os soldados, os guerreiros, se aproximavam, de fuzil e baioneta, para acabar com o

distúrbio. Contudo, bastava um caboclo, por mais mirrado, desdentado e amarelo que fosse, tirar a faca do cós e com ela riscar o asfalto da estrada e os soldados se afastavam, recolhiam-se para dentro do seu aramado e ficavam de lá, em guarda, porém a uma distância prudente.

Para o nosso pessoal – nós todos, os nativos –, os americanos eram uma espécie de extraterrestres, tão diferentes, tão altos, louros, na maioria, mas, principalmente, de difícil comunicação.

Um dos nossos, um pedreiro que trabalhara para eles na fase da construção da base, vinha nos perguntar ‘por que aqueles homens tinham uma fala tão esquisita? Até as coisas mais bestas, que todo mundo sabe dizer, doutor – prego, martelo, parede –, eles não aprendiam e não adiantava ensinar que eles continuavam dizendo tudo errado!’.

Na verdade, não havia grande simpatia pelos americanos. As moças que andavam com eles, ‘moças coca-cola’, como eram conhecidas, passaram a ser malvistas e discriminadas pelas famílias e pelos rapazes da terra. Contudo, muitas se casaram com os estrangeiros, foram para os Estados Unidos e de lá, tripudiando, mandavam retratos na frente de suas casas de jardim gramado ou, arrasando de vez, manobrando seu trenó na neve.

Devo aos americanos, entretanto, uma das emoções mais fortes da minha vida. O dia tinha acabado de clarear quando chegou um dos moleques da casa, esbaforido, cinzento de susto, dizendo que tinha uma coisa lá para os lados da base, dava para ver da parede do açude. Corri, fui ver o que era. E lá estava ele, o *blimp*, que eu conhecia apenas de fotografia, e assim mesmo conhecia só do seu irmão maior, o *Graf Zeppelin*. Estava ancorado, ou seja, amarrado aos postes ou que nome tenha aquilo onde se amarram os *blimps*, ajeitando ao vento, prateado, luminoso, refletindo o sol da manhã. Subi num galho de cajueiro, ao pé da parede do açude, e lá fiquei, talvez horas, no medo de que aquela visão fosse uma miragem, podendo, portanto, desaparecer a qualquer momento. Mas não desapareceu.

E depois desse vieram outros, de dois, de três, que passavam em revoada sobre a nossa casa, a gôndola quase roçando a copa do pé de cedro, tão baixo que, de bordo, os rapazes acenavam e nos jogavam revistas e jornais americanos.

Com esta história de *blimp*, Rachel escreveu uma crônica muito bonita chamada 'Tangerine-girl', mas que pecou pelo exagero na licença poética. Nesse tempo eu era apenas uma garota e além disso também não gostava dos americanos. Acontece que a boa ficção tem muito mais peso do que a modesta realidade, e o fato é que todo mundo acreditou no que ela contava.

O que nunca pude perdoar à guerra e aos americanos foi ter sido a base aérea causa do começo da decadência do Pici. Com eles lá, asfaltada a velha estrada de terra, instalada energia elétrica, as terras vizinhas foram ocupadas, e nelas bairros novos e desorganizados começaram a surgir. O baixo comércio de bodegas e botequins prosperou e o Pici acabou por ficar encravado no meio daquela população oportunista e voraz. Pessoas estranhas entravam sem pedir licença e, nos fundos das terras, as cercas eram violadas, o arame cortado e roubado. Tiravam madeira da mata, entravam de noite para pescar no açude, pegavam frutas no pomar. Os mais atrevidos chegavam de foice no ombro, dizendo que precisavam de folhas de coqueiro para cobrir as casas que construíam em terrenos desocupados. As queixas dos moradores não paravam, muitos deles aliados aos recém-chegados, servindo de guias, talvez na ideia de também construir a própria casa, ficando assim livres da servidão do morador.

Acabada a guerra, a base virou aeroporto internacional, todo o movimento bem próximo da gente, a bem dizer à nossa porta; e então não deu mais para segurar. Tivemos que vender o Pici”. (p. 141 a 144)

Da venda do sítio dos Queiroz até os dias de hoje, o bairro só tem crescido, desordenado e sem infraestrutura, como em seu início, tão bem relatado por Maria Luiza

de Queiroz; até se tornar esse imenso subúrbio que acompanhamos hoje, infelizmente, mais nas páginas policiais do que nas sociais. E dentro do Pici nasceram, como vimos no capítulo referente aos “limites”, vários outros bairros; diminuindo (“encolhendo” seria a expressão mais correta), portanto, aquele imenso território de sítio ermos e terras devolutas às quais prefiro me referir (para não perder os verdadeiros “limites históricos”) como o “Grande Pici”, que englobaria os bairros Henrique Jorge, Jóquei Clube, Pan-Americano, Autran Nunes, Dom Lustosa e outros.

Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará

Foi prazeroso reencontrar o Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará, onde há mais de três décadas cursei os cinco primeiros semestres de Agronomia (o qual, infelizmente, tive que abandonar para assumir um concurso em Recife). Difícil mesmo foi encontrar alguma pista da história do campus, relapsas que são as nossas instituições. Tempo perdido procurar na “prefeitura” e no “memorial” da UFC, pois ninguém sabia de nada. Por sorte resolvi ir, orientado pela professora Fernanda Coutinho, ao “Conselho

Universitário” (na mesma sala em que funcionou até a bem pouco tempo a “Sala de Ex-Reitores”, onde tantas vezes visitei o poeta Francisco Carvalho, antes de ele se aposentar), e lá encontrei alguns livros sobre a nossa Universidade.

Sentei sem muita esperança e fui recebendo dos gentis funcionários volumes e volumes de memórias do fundador Martins Filho e outros compêndios gerais sobre a UFC. Já quase desistia quando resolvi dar (mais por curiosidade e para lembrar um pouco da vida daquele que foi o fundador da instituição e editor de meu segundo livro, *O Espantalho*, pela importante coleção Alagadiço Novo, criada por ele e que publicou uma boa parcela de nossos escritores mortos e vivos) uma olhada num livro de homenagem a essa figura fundamental para a cultura do Ceará. E foi em *Martins Filho de Corpo e Alma*, organizado por Paulo Elpídio de Menezes Neto, que encontrei o esclarecedor artigo do professor e arquiteto José Liberal de Castro, uma das figuras mais respeitadas do Ceará, que em “Martins Filho, O Edificador” faz um levantamento de todo o patrimônio físico da Universidade em seus primeiros e fundamentais anos.

O professor Liberal de Castro nos conta como foi adquirido o patrimônio físico da UFC, não como alguém que aprendeu depois, de oitiva, conhecimento transmitido por outros, mas como participante ativo desse impor-

tante período de criação e solidificação da Universidade Federal do Ceará. Veja o que ele nos diz sobre a antiga Escola de Agronomia, que deu origem ao Campus do Pici: “A Escola de Agronomia foi fundada em 1918, funcionando como instituição privada até ser estadualizada pelo governo Moreira Lima, em 1935. Nascera do empenho de Humberto Rodrigues de Andrade (1982-1984), jovem agrônomo diplomado dois anos antes pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, em Piracicaba, São Paulo, sob o incentivo de seu tio, o farmacêutico Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade. Nos dias iniciais da Escola, Humberto Andrade era o único professor formado em agronomia, já que os demais portavam títulos de médicos, bacharéis em direito, farmacêuticos e engenheiros. Em sua primeira fase, como organização privada, a Escola funcionou precariamente no centro da cidade, em casas alugadas.

Em 1937, no governo Meneses Pimentel, foi adquirido o Sítio Santo Anastácio, junto ao qual já funcionava um campo experimental agrícola de limitadas dimensões, para onde a Escola se havia mudado no ano anterior. O nome do sítio identificava o proprietário, Anastácio Braga, o qual, com o assentimento de sua mulher e juntamente com uma irmã, venderam a propriedade ao governo estadual. A transação importou em 90 contos de réis, envolvendo uma área de aproximadamente 30 hectares.

A fim de adaptá-la a suas novas funções, a casa de residência do sítio foi transformada em sede administrativa. Na década de 40, convidado por Renato Braga, diretor da Escola, Emílio Hinko aplicou um pórtico de feição romana à frente da casa, mascarando as feições primitivas do imóvel, aliás, acrescido com salas de aulas. Vale ressaltar que, quando da aquisição do sítio, a casa já apresentava aspecto urbano, sem varandas, contornada por platibanda no alto e mostrando os exteriores revestidos por faixas de guarnecido, brancas e coloridas, acabamento parietal que havia entrado em moda na Fortaleza de fins do século XIX. O pórtico e sua continuação, uma colunata meramente decorativa, antecipavam o emprego dos pilares de ordem toscana que Hinko iria aplicar na sede do Náutico Atlético. A ampliação da casa se fizera por via do prolongamento de duas alas, que abarcavam um pátio ladrilhado, onde, entre outros usos, eram realizadas eventuais festas estudantis. Isolados e simetricamente dispostos de cada lado da casa, foram construídos dois pavilhões nos quais funcionavam os setores de química e botânica. Havia um pavilhão destinado à exposição e guarda de máquinas agrícolas e mais algumas instalações complementares de aspecto rural, à parte os estábulos e ripados, erguidos em pontos localizados a oeste, além do pequeno açude do sítio primitivo.

Em 1950, a Escola de Agronomia foi federalizada, passando a integrar o setor de ensino do Ministério

da Agricultura. Ainda assim, as instalações continuaram modestas. Modestas mas eficientes, abrigando, já naquela época, laboratórios que constituiriam o berço da sistematização das pesquisas científicas no Ceará e, por extensão, na futura Universidade.

Como se vê, a contribuição da Escola de Agronomia ao acervo material da nova universidade ficava traduzida por ampla gleba açudada, e mais um grupo de edificações de relativo valor material, que ocupavam uma área de aproximadamente 2.500 metros quadrados. Ao acervo imobiliário, deviam-se ainda acrescentar, como bens significativos, o equipamento técnico-científico da instituição, a biblioteca especializada e valioso plantel de animais selecionados”. (p.182 a 183)

Em seguida, o arquiteto nos fala da expansão física geral da Universidade, e, conseqüentemente, do Campus do Pici: “O início da expansão territorial da Universidade fez-se por rápidas etapas. Primeiro, por gradativa aquisição de chácaras e casas situadas no bairro do Benfica, tendo como polo de difusão a sede da Reitoria. Segundo, pelo domínio de vasta área do bairro Porangabussu, onde haviam sido iniciadas obras de edificações hospitalares, todavia totalmente abandonadas por falta de meios, salvo a Maternidade Escola, que encontrava apoio efetivo dos Diários e Rádios Associados, a poderosa cadeia nacional de

comunicação social da época. Finalmente, pela obtenção da metade da gleba da antiga Base Aérea do Pici, agregada às terras do Sítio Santo Anastácio, estas já pertencentes à Escola de Agronomia. Também deve ser mencionado o conjunto do Sítio Alagadiço Novo/Casa de José de Alencar, doado pelo Governo Federal à Universidade, à parte o terreno altamente valorizado, onde funciona o Laboratório de Ciências do Mar, no Meireles.

Como já foi dito, excluídos o Sítio Alagadiço Novo/Casa de José de Alencar e o Laboratório de Ciências do Mar, localizados em outros pontos da cidade, a atual organização física da Universidade se estende em três *campi*, ocupando uma área total em torno de 240 hectares. Todas essas vastas glebas foram adquiridas ou expandidas durante a administração Martins Filho, como já ficou esclarecido. Desde então, praticamente não houve acréscimo de quaisquer áreas urbanas, embora a Universidade se tenha desfeito de alguns imóveis e recebido doações de terras rurais bastante amplas, as chamadas fazendas”. (p. 190 a 191)

Mas é na seção “A Aquisição do *Campus* do Pici” que ele esclarece particularmente o que interessa ao nosso bairro: “A incorporação das terras pertencentes à antiga Base Aérea do Pici ao acervo imobiliário da Universidade ocorreu em consequência de algumas circunstâncias.

Durante bom tempo, os blocos de ensino e pesquisa da Escola de Agronomia ficaram confinados a trechos da gleba situados antes da barragem do açude Santo Anastácio. A ultrapassagem dessa meta verificou-se com a construção do pavilhão da Zootecnia, um parabolóide hiperbólico projetado por Enéas Botelho, marco pioneiro da valorização de um trecho alto e ventilado, próximo da cerca da antiga base aérea, onde até então só havia ripados e estábulos. A nova obra abriu diferentes perspectivas de ocupação da área.

Por outro lado, a concomitante ampliação das atividades do Instituto de Química e Tecnologia, localizado no Benfica, começou a provocar problemas gerados pela falta de uma rede de esgotos que pudesse absorver os resíduos produzidos pelos laboratórios. O efluente era lançado no subsolo, poluindo o lençol freático, problema sem solução à época, sabido que a rede coletora da área somente foi implantada apenas há uns dez anos. Como solução, alvitrava-se a possibilidade de mudança do Instituto para as terras da Agronomia, onde o controle sanitário poderia ser exercido com relativa facilidade.

Certamente preocupado com o aparecimento de mais problemas semelhantes, Martins Filho pensou em tentar a desapropriação de uma vasta área contínua, no Benfica, cuja ocupação universitária compensasse investimentos de infraestrutura. Em certo dia, pediu a opinião do autor

desse trabalho sobre a ideia de se examinar a possibilidade de desapropriação de um triângulo, tendo como base a Rua Francisco Pinto, com lados na Rua Marechal Deodoro e Avenida Carapinima, e vértice na Faculdade de Direito, esta para o Reitor, ‘a quilha de um grande navio’.

A ideia era maravilhosa, mas dificilmente realizável. Como me explicar? Na ocasião, haviam sido divulgados os resultados do censo de 1960, sendo fácil levantar o número de habitantes e de edificações encontrados no triângulo traçado por Martins Filho. Qual não foi o seu espanto quando o informei de que na área moravam mais de 11.500 pessoas e havia em torno de 2.500 prédios, quase todos residenciais e pertencentes aos próprios moradores! ‘Objetivamente, que significam esses números?’ – perguntou o Reitor, ao que respondi – ‘demolir uma cidade como o Iguatu, onde o senhor morou e onde nasceu seu irmão, Fran...’. Martins Filho tomou-se de desânimo. A fim de não desalentá-lo, acenei-lhe com a hipótese de um direcionamento em contrário, levando-se as instalações da universidade para o sul, até o riacho Tauape, já que a lagoa homônima se alastrava nos invernos por uma área imensa, por tal razão, desabitada. Em contrapartida, a gleba deveria ser drenada e saneada, com obras caras – canais, elevatórias de esgotos, aterros etc. Desafortunadamente, nem a Universidade nem a Prefeitura estavam em condições de realizar esses trabalhos de base, de sorte que a ideia não foi à frente.

Martins Filho jamais desistia de seus intentos, mostrando-se sempre preocupado com os planos de expansão da Universidade. Em certa ocasião, conversando com engenheiro do DNOCS, fui informado de que aquela instituição, com possibilidade de êxito, estava pleiteando conseguir da Presidência da República a cessão da antiga Base Aérea do Pici. Levei a notícia a Martins Filho, argumentando que havia terra muita, portanto, perfeitamente divisível com outras entidades federais. Martins Filho organizou seus planos de assédio a Jânio Quadros, então presidente, e acabou por obter a metade da área da Base, isto é, toda a parte situada ao leste da antiga pista de pouso.

Como se podia imaginar, logo surgiram algumas dificuldades na definição dos limites da área, pois, no interior da poligonal de interesse da Universidade havia um bom número de pequenas propriedades, trechos esparsos de um loteamento feito pela Imobiliária Antônio Diogo, anterior à implantação da Base. Além do mais, o alteamento da parede do açude Santo Anastácio fizera subir a lâmina d'água, que se ampliou e se confundiu com a vizinha lagoa da Pajuçara, inviabilizando o acesso a trechos das terras de terceiros, impasse finalmente superado com a aquisição da lagoa e das áreas inundadas.

A doação tinha suas complicações. Ao governo Federal, não havia como comprovar que era proprietário da Base,

pois as terras haviam sido compradas pela Panair do Brasil, empresa subsidiária da Pan American, por meio de operação imobiliária que não podia ser registrada em cartório. Assim, concluída a guerra e retiradas as tropas dos Estados Unidos, o terreno ficou sem dono, embora vigiado pela Aeronáutica... Martins Filho, é claro, imediatamente tratou de mandar ocupar a parte que cabia à Universidade, mas a legalização definitiva da posse somente foi obtida muito e muito tempo depois, registrada como usucapião...” (p. 211 a 213).

Como pudemos ver, com riquezas de detalhes, o “Campus do Pici da UFC” foi instalado a duras penas e de maneira gradativa no bairro Pici. E várias foram as tentativas da própria Universidade de levar todos os outros centros (Benfica, Direito, Porangabussu, Administração, Economia e Ciência Atuárias, Alagadiço Novo etc.) para lá, concentrando assim todas as faculdades na vasta área que vai da Av. Mister Hull à Av. Carneiro de Mendonça. Projeto não realizado até hoje, mas que parece não ter sido esquecido, pois, vez por outra, sabemos de novo projeto de mudança de alguma das faculdades, como o caso da Faculdade de Arquitetura, que já tem prédio pronto. E ano passado até uma Residência Estudantil Universitária foi inaugurada no campus.

Talvez o “Campus do Pici da UFC” seja hoje – mais do que a sede do Fortaleza Esporte Clube, as velhas

histórias da “Base Aérea Americana do Pici”, as diversas comunidades, além das demais instituições que povoam o bairro – a “marca” que mais se imponha, solidificando seu nome como “Pici”. Sem esse importante centro universitário, com certeza o bairro estaria, nos dias atuais, restrito a algumas ruas no final da Av. Carneiro de Mendonça, se já não tivesse desaparecido da memória coletiva, como vem acontecendo com os bairros Alagadiço (transformado em São Gerardo), José Bonifácio (espremido e dividido entre Benfica, Centro, Fátima e Joaquim Távora), Farias Brito (confundido com a estação ferroviária Otávio Bonfim), parte do Joaquim Távora (renomeado de Piedade), Parque Araxá (imprensado entre Benfica, Monte Castelo e Parquelândia), dentre outros em vias de serem esquecidos.

Fortaleza Esporte Clube: o “Leão do Pici”

De depois da implantação da “Base Aérea Americana da II Guerra Mundial”, no Pici, em 1942, e da criação do “Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará”, em 1954 (quando a UFC incorporou a antiga Escola de Agronomia que funcionava desde 1936 no Sítio Santo Anastácio, depois de ter passado, primeiro como escola

particular, no centro da cidade, quando de sua fundação em 1918, depois como estadual, em 1935, e, um pouco antes de ser agregada à UFC, federalizada junto ao Ministério da Agricultura), a vinda do Fortaleza Esporte Clube (da antiga Sede Social, hoje demolida, na Rua Belo Horizonte, junto com o Estádio Alcides Santos e Praça Ney Rebouças, à Av. Fernandes Távora) para o Pici foi de grande importância para o fortalecimento da sua imagem e do seu crescimento como bairro de nossa capital.

Dentre os vários apelidos adotados pelo Fortaleza em sua história, como “Tricolor de Aço” (ou “Leão de Aço”), “Clube da Garotada”, talvez o mais usado tenha sido o “Leão do Pici” (e sua variação “Tricolor do Pici” ou abreviadamente “Leão”), o que serviu muito para a divulgação e solidificação do antigo nome do “Pecy”, alcunha que denominava alguns sítios da região, em épocas remotas, ainda em terras do município de Porangaba.

Vejamos o que diz os pesquisadores Airton e Wagner de Farias em seu livro *Fortaleza, História e Tradição*: “Nessa época (década de 1960) presidia o clube um dos maiores nomes da história tricolor, Otoni Diniz, homem dinâmico, de visão, preocupado intensamente com o futuro leonino, de dotar o clube com um patrimônio mais consistente. Daí porque em 1962, com recursos próprios, comprou uma área de 30 mil metros quadrados perto do

Joquey Clube, no Bairro do Pici, onde foram erguidos a sede, o campo e o estádio (Alcides Santos) do time. Ali seria a morada, a toca definitiva do tricolor vitorioso cearense, não por acaso chamada de Parque dos Campeonatos!”.

No site oficial do Tricolor do Pici encontramos este texto: “Inaugurado em 21 de junho de 1962, o Estádio Alcides Santos, também chamado de Parque dos Campeonatos, está completando 50 anos. Maior estádio particular do futebol cearense comporta atualmente um público de 7.150 pessoas, mas existe um projeto para ampliar sua capacidade para 12 mil lugares.

Motivo de orgulho para a Maior Torcida do Estado, o Parque dos Campeonatos se encontra em fase de reforma, trabalho que permitirá em breve que o Tricolor de Aço volte a sediar jogos oficiais de menor porte no seu ‘habitat natural’ que é o Pici, onde já aconteceram inclusive jogos pela Copa do Brasil, com o Leão do Pici vencendo o Guarani de Campinas/SP pelo placar de 2 a 0, com gols de Tatu e André Turatto, sendo esse o primeiro jogo de uma competição nacional realizado no local, em partida disputada no dia 12 de março de 2010.

Localizado na Avenida Senador Fernandes Távo-
ra, 200, bairro do Pici, teve o maior público de sua história em jogos oficiais, no dia 12 de janeiro de 2011, na estreia

do Leão no Estadual daquele ano. Na ocasião, o Fortaleza venceu o Tiradentes por 2 a 1, com um público de 7.150 pagantes. Já o jogo inaugural foi entre Fortaleza e Usina Ceará, em junho de 1962, terminando com o placar de 2 a 1 para o Leão. Vale ressaltar que o primeiro jogo oficial realizado no Pici foi em 12 de março de 2008, válido pelo Campeonato Cearense daquele ano, com o Fortaleza empatando em 3 a 3 com o Itapipoca”.

O texto oficial traz ainda um breve histórico: “Em 1957, o então presidente do Fortaleza, Carlos Rolim Filho, resolveu reunir sua diretoria para definir a compra de um terreno para a construção de um estádio para o Tricolor de Aço. Aprovada a compra, sua primeira atitude foi visitar o primeiro presidente da história do clube, Alcides Santos, quando lhe comunicou oficialmente que o mesmo seria homenageado, dando nome ao mais importante patrimônio do Fortaleza, que passou a se chamar Estádio Alcides Santos.

Falecido em 1998, Carlos Rolim Filho deixou esse grande marco na história do Tricolor de Aço, um estádio que é motivo de orgulho para os tricolores, contando hoje com uma grande estrutura, fruto do trabalho determinado de outro grande abnegado, o ex-presidente Manoel Guimarães, um dos grandes responsáveis pela capacitação do Alcides Santos para jogos oficiais.

O ex-presidente Carlos Rolim Filho, o homem que comprou o Alcides Santos, também recebeu uma justa homenagem pelo seu amor e dedicação ao Fortaleza, dando nome à Sala de Imprensa do clube. O espaço foi construído pelo seu filho, o construtor José Rolim Machado, em 2008, e ainda hoje é considerada uma das mais modernas e funcionais do País, sendo inclusive principal ponto de visitação para quem vai ao Parque dos Campeonatos.

Parabéns ao Estádio Alcides Santos pelos seus cinquenta anos. Parabéns também a todos aqueles que ao longo da história contribuíram para o crescimento dessa importante praça de esportes, que representa muito para o futebol cearense”.

Pesquisando nos arquivos do jornal *O Povo*, encontramos, na semana da inauguração do Estádio Alcides Santos, várias manchetes e notícias, tanto na capa como no caderno “O Povo nos Esportes”, onde, na segunda-feira, dia 18 de junho de 1962, no canto superior direito (e abaixo da manchete principal sobre a Seleção Brasileira, que acabara de conquistar o bicampeonato mundial: “Agora, a largada para o tri”) lemos em letras menores: “QUINTA FEIRA, INAUGURAÇÃO DO ESTÁDIO ALCIDES PINTO – Programa festivo assinalará o importante acontecimento – Ponto alto: torneio reunindo Usina, Calouro, América, Gentilândia e Fortaleza.

Aproxima-se o dia 21, quando o Fortaleza inaugurará o gramado do seu estádio, no Pici. Será uma festa para toda a família tricolor e para os habitantes dos bairros vizinhos de Casa Popular, Pan-Americano, Jóquei Clube e Parangaba, que terão no Estádio Alcides Santos o seu ponto de entretenimento.

PROGRAMA

Hoje à noite a diretoria do Fortaleza estará reunida para homologar o programa inaugural, que será o seguinte:

8h – Missa campal, oficiada no próprio estádio pelo padre José Nilson de Oliveira, capelão do clube.

9h – Lançamento da pedra fundamental dos “Alojamentos Otoni Diniz”.

12h – Churrasco na sede do Fortaleza, oferecido às autoridades.

12h50min – Abertura dos portões do Estádio Alcides Santos.

13h – Desfile das equipes disputantes.

13h50min – Início do torneio de que participarão América, Usina, Calouros, Gentilândia e Fortaleza, em disputa da Taça Péricles Moreira da Rocha” (“O Povo nos Esportes”, Fortaleza, terça-feira, 18/06/62).

No dia seguinte, terça-feira, 19 de junho de 1962, no canto inferior esquerdo a manchete traz: “Estádio Alcides Santos: inauguração a 21”, abaixo, em letras maiores: “FUTEBOL CEARENSE GANHA O SEU MELHOR GRAMADO – Com a inauguração quinta-feira próxima do Estádio Alcides Santos, no Pici, a capital cearense ganhará o seu melhor gramado. Feito com esmero, pisado somente com mais de 90 dias de fixado, o gramado está quase perfeito, todo o quadrilátero como um pano de biliar. Ganha o futebol cearense o seu melhor gramado.

Particularmente os bairros do Pici, Jóquei Clube, Casa Popular, Pan-Americano e Parangaba lucrarão bastante com o Estádio do Fortaleza, que será, obrigatoriamente, o ponto de reunião festiva dos domingos e feriados de toda a sua população amante do esporte.

Decorrendo, amanhã, o aniversário natalício do Sr. Otoni Diniz, quis a diretoria do Fortaleza homenagear o seu dinâmico presidente, realizando, no dia seguinte, a festa inaugural. Bem elaborado programa será cumprido, a saber”. Em seguida, a matéria mostra de novo o programa de

inauguração publicado no dia anterior, com a mesma programação, mas agora com os horários atrasados em 1h. No final, temos ainda a chamada: “Os ingressos já estão à venda com diretores do clube e no Abrigo Central. Cadeiras numeradas Cr\$ 300,00 e populares Cr\$ 50,00”. (“O Povo nos Esportes”, Fortaleza, terça-feira, 19/06/62).

No dia da inauguração não encontramos notícia, mas no dia seguinte, 22 de junho de 1962, no canto inferior direito da capa principal do jornal, avistamos grande foto da missa de inauguração do Estádio Alcides Santos, onde vemos padres, autoridades, torcedores e inúmeras crianças embaixo de uma frondosa mangueira, em cujos galhos tremulam bandeiras do Brasil e do Fortaleza Esporte Clube. Abaixo da histórica foto o texto afirma: “FORTALEZA COM UM GRANDE ESTÁDIO – Missa oficiada pelo padre Amarílio abriu as solenidades com que o Fortaleza inaugurou, ontem, no Pici, o gramado e outros melhoramentos do Estádio Alcides Santos”.

No clichê, um aspecto da cerimônia religiosa, que foi ajudada pelo padre José Nilson, capelão do clube, e Sr. Ananias Frota Vasconcelos, pai de dois diretores do Fortaleza.

No primeiro plano, o altar, armado sob frondosa mangueira, ao fundo, o campo de futebol de melhor grama-do da capital cearense. Fechando a matéria: “Outras notícias

no caderno esportivo” (matéria de capa de *O Povo*, Fortaleza-Ceará, sexta-feira, 22/06/1962).

No sábado, 23 de junho de 1962, dois dias depois da inauguração, ainda lemos no caderno “*O Povo* nos Esportes”, abaixo de duas fotos com a legenda: “**AINDA A FESTA DO FORTALEZA** – A montagem acima reúne novos aspectos da memorável festa com o Fortaleza Esporte Clube assinalou a inauguração do gramado e de outros melhoramentos do seu Estádio, no Pici. À esquerda, três gerações de centroavantes do clube, vendo-se França, Humberto Ribeiro e Moésio; à direita, em cima, o fundador do clube, Alcides Santos, com sua bisneta Germana”. Em seguida, a matéria principal: “**ALCIDES SANTOS DIVIDE COM OS FUNDADORES AS HOMENAGENS PRESTADAS PELO FORTALEZA** – Alcides Santos, o fundador e primeiro presidente do Fortaleza Esporte Clube, emocionado com a homenagem que o tricolor de aço lhe prestou, dando o seu nome ao estádio que está construindo no Pici, não proferiu, no momento, o discurso que escrevera para a ocasião, o qual foi o seguinte:

‘Não faz muito tempo, estávamos todos aqui lançando a pedra fundamental deste estádio – longínqua esperança que hoje transforma em magnífica e esplêndida realidade, ontem era a sede, hoje um hábito dos torcedores de nosso querido Fortaleza, que ali encontram ambiente

familiar para suas manhãs domingueiras. Hoje é o campo de esporte de onde sairão os nossos atletas. Tudo isto se deve à vontade férrea desta equipe comandada por Otoni Diniz, cada um no seu posto como um craque autêntico nesta maratona de realizações. Como membro da velha guarda do Fortaleza represento aqui todos aqueles que iniciaram – já há tanto tempo – esta jornada, hoje concretizada em tão belas realizações. É em nome dos velhos e fiéis fortalezenses que aceitei a indicação de meu nome neste estádio. Hoje os relembro todos nesta festa de alegria do grêmio tricolor. E os que desapareceram, como Oswaldo Studart Filho, João da Frota Gentil, Carlos de Alencar Pinto, Moacir Machado, Lúcio Barrerfelt e tantos outros que engrandeceram o nome do nosso Fortaleza. Eles estão todos aqui presentes – em minha pessoa – junto aos novos que continuam a engrandecer nossa agremiação”’. (“O Povo nos Esportes”, Fortaleza, sábado, 23/06/62).

Portanto, a história do Fortaleza Esporte Clube – com mais de meio século fincado, como suas inúmeras e centenárias mangueiras, no solo fértil do bairro – se confunde com a do Pici; e mesmo que os limites e a criação (nem sempre oficiais, mas fruto de meros modismos de falsos “fazedores de tradições”) de novos bairros digam que o “Leão do Pici” agora está – como fizeram com o antigo “Sítio do Pici”, onde Rachel de Queiroz escreveu os romances *O Quinze* e *João Miguel*, e até com a velha

“Estrada do Pici” – localizados nos bairros mais novos do Jôquei Clube e do Henrique Jorge, eles serão patrimônios imortais do “Grande Pici”, codinome que invento para proteger os limites históricos e físicos do eterno bairro Pici, isto é: de todas aquelas terras que se localizam à oeste da lendária “Lagoa de Porangaba”.

Memórias de Rachel de Queiroz sobre o “Sítio do Pici”

Um pouco antes de completar oitenta anos, em 1989, finalmente a escritora Rachel de Queiroz se deixou convencer por sua irmã mais nova, Maria Luíza de Queiroz, a contar suas memórias, digo contar em vez de escrever porque a autora de *O Quinze* foi conversando, sempre instigada pela irmã caçula. E dessa troca de lembranças entre as duas nasceu um dos mais interessantes documentos não só sobre a vida pessoal e literária da primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras, como sobre toda uma época em que elas viveram.

E durante todas as páginas de *Tantos Anos*, desde os capítulos iniciais, um fato me chamou a atenção: as referências carinhosas, saudosas, diríamos até fundamentais em suas vidas, sobre o então “Sítio do Pici”, em sua fase

mais interessante, no momento mesmo em que toda aquela região de sítios ermos (ainda pertencentes ao então município de Porangaba, que fora elevado a vila como Arronches, para finalmente ser denominado, já como bairro, de Parangaba) ia se transformando em bairro de Fortaleza. Devido à importância dessas referências, fomos colhendo, uma a uma, as frases (às vezes até capítulos inteiros) sobre o nascente bairro Pici, contidas nessas memórias dialogadas.

Como no capítulo 3, “Rainha dos estudantes”, Rachel conta como deixou o primeiro jornal, *O Ceará*, em que escreveu e foi para o nascente *O Povo*; nele também narra as peripécias de sua eleição como Rainha dos Estudantes, quando sua posse foi repentinamente interrompida pela notícia do assassinato de João Pessoa: “Mas nesse ínterim, em janeiro de 1928, creio, o Demócrito havia fundado *O Povo* e logo depois todos nós, Suzana, Djacir Menezes, eu, fomos para lá.

Quando entrei para *O Povo* já foi com outro *status*: colaboradora permanente, porque, morando no sítio, no Pici, não dava pra ser redatora, principalmente trabalhar à noite.

(...) Quando escrevi *O Quinze*, entre 1929 e 1930, já era jornalista profissional. Foi então também que tive o único emprego público da minha vida: fui nomeada interinamente professora da Escola Normal – professora de história – ganhando quatrocentos mil réis por mês, o que era

um ordenado razoável nessa época. Imediatamente comprei um automóvel, um Overland de quarta ou quinta mão, assinando dez promissórias de duzentos e cinquenta mil réis (o automóvel custava dois contos e quinhentos). Foi com esse mesmo carro que derrubei o alpendre da casa do Pici, quase matei papai e então me tomaram o carro. Papai me fez jurar que nunca mais eu iria dirigir, pois, ‘além de louca, era cega’. Isso me marcou tanto que, por causa dessa promessa a papai, nunca mais peguei na direção de um carro. (...)

E as flores, os bolos, os presentes, foi tudo de roldão para o Pici, e acabou que João Pessoa estragou a minha festa” (p. 27 e 29).

Ou no importante capítulo 5, “O Partido”, quando ela fala de suas leituras iniciais, primeiras amizades intelectuais e o nascente “namoro” com o Partido Comunista: “Em 1927 compramos o Pici. Por todo esse tempo em que deixei o colégio e fiquei em casa, eu começara a ler, ler de verdade. Lia tudo que me caía às mãos. (...) Voltamos depois ao Pici, nosso sítio em Fortaleza. Comecei a conviver com os moços da minha geração, destacando-se entre eles Hyder Corrêa Lima e Djacir Menezes” (p. 35 e 36).

Na página 46, encontramos quatro fotografias de Rachel de maiô tomando sol na parede do açude, com os irmãos, e uma raríssima imagem da casa grande do “Sítio

do Pici” no ano de 1938; já na página 84, vemos uma foto de seus irmãos Maria Luíza e Luciano, também no Pici.

No capítulo 10, “Itabuna”, ela fala de seu casamento (cerimônia realizada no Pici) e, em seguida, de sua volta de Itabuna, Bahia, onde o marido era funcionário do Banco do Brasil, para ter sua única filha, Clotilde, que morreu ainda criança: “Zé Auto e eu nos casamos no dia 14 de dezembro de 1932, no Pici, com um juiz que foi officiar a cerimônia lá em casa. (...)”

Chegando a Fortaleza, fomos direto para o Pici. Eu não queria ter filho com médico, queria uma parteira. Era toda pudica, não queria homem no meu quarto, nem que fosse médico, durante o parto. Papai sem me dizer nada, chamou o dr. Leorne Menescal, médico da família, para ficar à disposição, com ele, na sala. Mas quem fez o parto foi d. Júlia, a mesma parteira que fizera o último parto de mamãe. Fiquei no primeiro quarto da casa do Pici, o que dava para o jardim, e tive a criança na cama de mamãe” (p. 53 e 58).

Sobre o mesmo período, no capítulo 11, “Lembranças”, é sua irmã Maria Luíza quem nos conta: “Das minhas lembranças a mais distante é com Rachel num vão de porta do Pici, me enfiando pela cabeça um vestido de plissado amarelo com fitas no ombro. Pelo retrato que havia e se perdeu, eu deveria ter uns dois a três anos. (...)”

Agora estava tudo diferente. E quando foi uma noite chamaram d. Júlia, a parteira – o dr. Leone Menescal ficou de prontidão na sala – e então nasceu Clotildinha. (...)

Da invasão feita pela polícia lá em casa, à procura dos papéis comprometedores de Rachel, no período do comunismo, posso até reconstituir a cena: os homens mexendo nos escaninhos da secretária que foi de nosso bisavô, os rolos de papel encontrados nas gavetas de segredo, os livros confiscados” (p. 59 e 60).

Já no terrível capítulo 13, “*Tonga-seeds*”, Rachel fala de suas duas maiores perdas pessoais, sua filhinha Clotilde e seu irmão Flávio: “E eis que uma febre alta, seguida de meningite, em vinte e quatro dias roubou minha filhinha, em fevereiro de 1935. Três meses depois morreu meu irmão Flávio, de quem o nosso Flávio atual herdou o nome. Flávio morreu de uma septicemia causada por uma espinha no rosto. Mamãe, arrasada, eu, profundamente desolada, conseguimos de Zé Auto a transferência para o Ceará e fomos morar no Pici. Ficamos uns tempos lá, depois alugamos casa em Fortaleza” (p. 68).

Em “Sobrado”, capítulo 14, Maria Luíza relembra um fato curioso da irmã: “Falei que Rachel era novidadeira. É, sempre foi. Toda a vida fez coisas diferentes do que se esperava, diferentes do que os outros fazem, sem aceitar

conselho e sem ligar para a opinião de ninguém. No caso do Sobradão, por exemplo. Numa das vezes em que Rachel foi morar no Ceará e não podendo ficar no Pici por ser longe do seu trabalho, em vez de alugar uma casa, como qualquer pessoa faria, não: alugou um salão enorme nos altos de um armazém, que batizou de ‘Sobradão’. (...) Lavagem e passagem de roupa devia ser no Pici, pois me lembro de mamãe mandar levar embrulhos e grandes cestos com frutas e verduras” (p. 71).

No capítulo 19, “Cartas”, a mesma Maria Luíza fala das dificuldades de chegarem cartas pelos correios, das visitas dos amigos ao sítio e de como a casa ficou triste depois que Rachel foi embora e seu irmão Flávio morreu: “Como ao Pici não chegavam os carteiros, tínhamos uma caixa postal na agência dos Correios da cidade. Todas as nossas idas a Fortaleza incluíam uma passagem obrigatória pelo feio prédio dos Correios, além de um portador oficial que ia lá, no mínimo, duas vezes por semana. (...) Pela época de Rachel ainda solteira, o Pici vivia cheio de gente: os colegas de Luciano. (...) Daí por diante, mamãe enterrou-se, literalmente, no Pici. E foi a sua salvação. Passava os dias no pomar, inventando novos plantios, ampliando a área das fruteiras. E era uma guerra contra as pragas, contra a secura da terra, contra o gado que furava a cerca, contra as formigas que, no espaço de uma noite, cortavam dos galhos uma safra inteira de laranjas e tangerinas” (p. 89, 90 e 91).

De tão importante para nossa história do bairro Pici, o pujante (e triste) capítulo 16, “O sítio”, precisa ser transcrito inteiro, pois fala dos antigos donos e narra o momento exato em que o velho sítio, onde a escritora escreveu seus dois primeiros livros e viveu momentos marcantes de sua vida familiar, dá lugar ao bairro nascente: “Quando papai comprou o Pici – o nosso sítio, perto de Fortaleza –, lá se encontrou a velha casa do antigo proprietário, o padre Ferreira da Cunha. Desse padre se contava uma história esquisita: ele era dono de um colégio para meninos e parece que cometera certas iniquidades com o filho de um poderoso coronel do sertão. Certa manhã alguém bateu à porta do padre e, quando ele atendeu, apareceu um sujeito com uma navalha na mão e lhe decepou uma orelha. Era castigo do coronel, por lhe ter pervertido o filho.

Quando compramos o sítio, já ele não pertencia mais ao padre, mas a um novo proprietário, José Guedes. Tinha açude, pomar, baixio de cana, num vale fresco e ventilado, para os lados da lagoa de Parangaba. Só que nesse tempo se dizia Porangaba, tal como fala José de Alencar em *Iracema*.

E começou então, para nós, um período muito feliz. Nós éramos seis filhos – dois rapazes (um deles, nosso tio, mais irmão do que tio), dois meninos e a caçula, que começava a engatinhar. E eu. O transporte era o trem su-

burbano que parava defronte ao asilo de alienados e nos levava para a cidade. Eu me iniciava timidamente, frequentando a roda dos literatos de Fortaleza, roda liderada pelo nosso amado guru, Antônio Sales. Na redação do *Ceará* eu conhecera Demócrito Rocha, que me dava muita confiança literária; fundador, depois, do jornal *O Povo*, de Fortaleza, agora dirigido por seu neto, também Demócrito, e que continuou a considerar o meu jornal e para o qual ainda escrevo até o dia de hoje.

Bem, voltando ao sítio: morro agora de remorsos por ter incentivado a derrubada da casa velha. Era um casarão de taipa, talvez mais que centenário, feio e mal-amanhado, o chão interno em diversos planos, cheio de camarinhas e cafuas. É verdade que queríamos apenas reformá-la, mas quando se foi mexer, a casa praticamente ruiu: no que se iam derrubando paredes, abrindo portas, a velha estrutura ia desmoronando toda e, por fim, o jeito era arrasar tudo e fazer casa nova. Mereço desculpas, tinha só dezesseis anos, não dava valor a essas obras antigas. Meu pai, sei que lhe doeu a demolição; mas afinal a casa desabou mesmo e não tinha sido erguida nem morada por gente dele, argumento forte.

Fizemos então a nova casa, enorme, um vaticano, salas largas, rodeada de alpendres, como nós gostávamos. Foi lá que escrevi *O Quinze*. Muito perseguida, pois minha mãe me obrigava a dormir cedo – ‘essa menina acaba tísica!’ –;

quando todos se recolhiam, eu me deitava de bruços no soalho da sala, junto ao farol de querosene que dormia aceso (ainda não chegara lá a eletricidade), e assim, em cadernos de colegial, a lápis, escrevi o livrinho todo.

Nas grandes mangueiras do pomar eu armava a minha rede e passava as tardes lendo. De noite, formávamos uma pequena orquestra com o nosso professor de violão, seu Litrê, puxando no banjo. Nas noites de lua, altas horas, vinham uns moços de Porangaba e faziam serenata, cantando *Mi noche triste*. Porque nesse tempo, o chique era o tango.

Mas depois fomos nos dispersando. Os rapazes se formaram, morreu Flávio aos dezoito anos, e desceu uma sombra escura sobre o Pici. Veio a guerra, já então eu andava por longe. Os americanos estabeleceram uma base lá perto e os *blimps*, os pequenos dirigíveis prateados, pousavam quase em cima da nossa casa. Enquanto isso, a cidade crescia, ia cercando o sítio com seus exércitos de casinhas populares. Meu pai morreu. Morreu outro irmão, Luciano.

Minha mãe ainda tentou ficar no Pici, mas o cerco urbano continuava, o terreno invadido pela vizinhança, de certa forma até ameaçando a segurança da casa. Antônia resolveu então, toda boca da noite, mandar um caboclo dar vários tiros para o alto, querendo assustar os ladrões.

Acabou mamãe tendo mesmo que vender o sítio. E vieram, ela e Maria Luíza, morar no Rio. Era em 1952. Em fevereiro de 1954, mamãe morreu, sem voltar lá, como desejava.

Pelo que sabemos, o sítio foi loteado e já passou por várias mãos. Nunca mais fui lá. Dói demais. Eu ainda escuto no coração as passadas de meu pai nos ladrilhos do alpendre, o sorriso de mamãe abrindo a janela do meu quarto, manhã cedo: ‘Acorda, literata! Olha que sol lindo!’

O Pici, como já disse, representou um período muito bom na nossa vida. E mesmo quando Zé Auto e eu fomos morar em Fortaleza, estávamos no Pici a toda hora e a todo fim de semana. Mamãe adorava o seu pomar, as suas plantas, a casa aberta para os filhos. Mas tudo ficou amargurado de 1935 em diante, pela morte de Flávio. Mamãe custou muito a se recuperar desse golpe, e, talvez, nunca se tenha recuperado. Maria Luíza teve uma infância muito sombria – quando Flávio morreu ela tinha oito anos. Mamãe não saía, não tinha alegria, era como se vivesse num vácuo. A infância de Isinha foi muito obscurecida por essa tragédia” (p. 77 a 79).

Para mim, o mais vívido e belo capítulo desse livro de memórias não é contado por Rachel, mas por Maria Luíza, sobre o “Asilo dos Loucos da Porangaba”, nele também

conhecemos uma das mais antigas moradoras da região, a velha Chiquinha Leite, no capítulo 17, “Os doidos. A velha.”: “O Pici, o sítio onde morávamos, ficava a uns quatro quilômetros da Avenida João Pessoa, que ligava o bairro de Porangaba ao centro de Fortaleza. No caminho de entrada, à direita, havia a chácara de um casal de velhos, duas filhas solteironas e mais uma sobrinha, apaixonada por meu irmão, Luciano. Do lado esquerdo, formando uma espécie de corredor de entrada, ficava o paredão da igreja e, em continuação a ele, o muro alto do asilo de alienados. Se a gente estivesse a cavalo ou na carroceria de um caminhão, quer dizer, num plano mais alto, com visão sobre o muro do asilo, dava para ver o grande pátio sombreado de mangueiras e cajueiros por onde perambulavam os doidos: criança não podia saber dessas coisas. Mas eu via e ouvia. Ouvia os gritos por trás do muro – e como eles gritavam! – e os via, aos bandos, quando passavam para enterrar os doidos mortos. Os enterros seguiam pelo mesmo caminho que levava ao Pici, mas na bifurcação de uma curva dobravam à direita, em direção ao cemitério deles. Cansei de ver enterros e nunca era um defunto só: sempre de dois, três ou mais. Vinham em redes carregadas pelos outros doidos, dizia-se que os melhores, os menos perigosos. Mesmo assim, só andavam sob a guarda de feitores, armados com um grande facão, desses de cortar mato. Cada grupo era acompanhado por dois ou três feitores, que só faziam diferença dos outros pela roupa e pelo facão.

Os doidos tinham a cabeça raspada e usavam uma roupa de algodão grosso – camisa de manga curta, decote redondo que desse para passar a cabeça, calça larga, no meio da canela, amarrada à cintura por um barbante. Os feitores, além do facão, traziam também um chiqueirador – o relho longo volteando e estalando, mantendo o grupo na linha. Os doidos, uns riam, aquele riso alvar, sem alegria e sem ser dirigido a ninguém; outros, era o olhar brilhando de curiosidade e cobiça, o olhar furtivo de cachorro quando quer atacar um estranho, mas sente medo do dono.

De vez em quando aparecia lá em casa um dos feitores pedindo licença para tirar folhas de cauçu na mata: uma planta que cresce em vergôntes linheiras, chegando a três, quatro metros de altura; as folhas são grossas, muito enervadas, quase circulares, tendo as maiores quase dois palmos de diâmetro. Essas folhas eram usadas como pratos para a comida dos doidos. Diziam as irmãs de caridade, administradoras do asilo, que se fossem usar pratos de verdade eles os quebrariam, se feririam e feririam os outros. Assim, vinha quase sempre Mariano apanhar as folhas. Mariano era um ex-doido, agora feitor, considerado curado, mas de quem, por via das dúvidas, mamãe não me deixava chegar perto. Tinha cerca de cinquenta anos, era branco sarará, pintado de sardas cor de ferrugem e vestia sempre um velho paletó preto costurado com linha branca. Enquanto os doidos melhores arrumavam as folhas em feixes, Mariano ficava no

alpendre, conversando com papai, que tinha uma paciência infinita com doidos, bêbados e chatos em geral (qualidade, ou melhor, característica, pois não sei se isso é qualidade, que Rachel herdou sem tirar uma vírgula).

Uma vez Mariano apareceu com a mão enfaixada num curativo sujo, as tiras de pano já manchadas de sangue; ficou ali, contando histórias do asilo, o facão encostado na parede, papai se balançando na rede (o livro aberto sobre o peito, o braço apoiando a cabeça, as pernas cruzadas na rede – parece que o vejo agora).

À indagação de papai, Mariano explicou, displicente: ‘Ah, isso? Foi um doido que comeu um pedaço do meu dedo’.

Outra vez chegou muito revoltado, contando que a irmã Leite se zangara só porque uma doida havia tirado a roupa e ele, vendo aquilo, vestiu nela as calças que usava (sem nada por baixo).

A sua lógica: ‘O senhor acha, doutor, que eu havia de deixar a mulher daquele jeito, correndo nua no meio dos doidos?’.

E papai continuava a se balançar, achando graça e fazendo perguntas.

Num dos recantos mais bonitos do Pici morava a velha Chiquinha Leite, uma figura que, pelo menos para mim, encarnava mistério e medo. Moradora do sítio desde antes de nós, era uma espécie de herança do antigo dono, José Guedes, e acho até que do anterior a ele, um padre a quem faltava uma orelha, cortada, diziam, por um inimigo político (era isso que me contavam).

Chiquinha Leite morava só e era filha ou viúva de um português. Era muito velha, devia andar pelos noventa anos, mas lúcida, esperta e com um gênio terrível. O cabelo, que ainda não era de todo branco e devia ter sido louro, ela o usava num coque alto, preso com pente incrustado de ouro; brincos de argolas, saia comprida até o pé e uma bata sempre de estampado preto e branco. A casa onde morava parecia com ela, era também velha e esquisita, as paredes escondidas pelas trepadeiras e tinhorões, o telhado arriado, chegando quase ao chão. Mas lá ninguém encostava, nem com a boa intenção de consertar, pois ela, com gritos e pragas, afastava qualquer visitante. E todos tinham medo. Mesmo assim mãe Titó, para provar autoridade, umas duas vezes por ano me levava lá, geralmente na safra dos cajus. Essas visitas, via-se logo, não eram muito bem recebidas por d. Chiquinha, ou por ela ter preconceito de cor e ressentir os modos arrogantes de mãe Titó – que também não era fácil –, ou por considerar uma intromissão em terras que ela talvez achasse serem propriedade sua. O que sei é

que o encontro das duas parecia um confronto de bruxas a medirem forças, cada qual mais poderosa.

Apesar de tudo isso, eu tinha fascinação por aquela casa. Enquanto ela e mãe Titó se estranhavam lá fora, eu me arriscava a dar uma olhada pelo interior dos cômodos. Jogados pelos cantos, potes de cerâmica portuguesa, pratos, bules, travessas de porcelana, coisas de fina procedência, mas agora rachadas, cobertas de poeira e teias de aranha. E, quando se chegava perto, de baixo de alguma coisa sempre espirrava um gato. Pois gatos havia muitos e me lembro especialmente de dois, Joia de Ouro e Joia de Prata, que acompanhavam sempre a dona como dois anjos da guarda.

Veza por outra ela ia à nossa casa. Chegava, batia palmas do lado de fora do portão de ferro; precisava alguém ir recebê-la por causa dos cachorros, que faziam o maior estardalhaço, não contra ela, mas contra os gatos, as duas joias que, como de costume, vinham junto. Ela chegava, sentava-se no alpendre e era acolhida com toda a cerimônia por papai ou mamãe. Entregava então o embrulho de castanhas de caju que trazia sempre, como se pagasse o tributo devido pela terra que ocupava. Conversava um pouco, era servida de bolo, doce – o que de melhor houvesse em casa e mais algum dinheiro – e depois, apoiada no cajado, ia-se, majestosa, como tinha chegado.

As castanhas, nem preciso dizer, mãe Titó não me deixava tocar nelas, e as distribuía depois pelos moleques da cozinha” (p. 81 a 85).

Ainda em vários outros capítulos de *Tantos Anos*, Raquel e Maria Luíza se referem ao famoso “Sítio dos Queiroz” (mais recentemente ele também ficou conhecido por “Sítio do Papai”), como no capítulo 25, “Mar-Oceano”, em que Maria Luíza diz: “A nossa casa do Pici ficava numa espécie de vale, defronte ao nascente. Na parte de trás havia árvores e coqueiros e, mais ao longe, as terras altas da mata, tapando o horizonte, razão pela qual eu nunca vi o pôr-do-sol.” (p. 123); já no 26: “Sacco e Vanzetti”, é Rachel quem afirma: “Já tínhamos comprado o Pici e estávamos na fase de transição, de mudança. Eu já era muito politizada e o grande escândalo político da época fora a execução, nos Estados Unidos, dos anarquistas Sacco e Vanzetti” (p. 127), para depois dizer que acreditava que um apagão na estação elétrica de Porangaba tinha tido a ver com o apagão decorrente da descarga durante a execução dos dois anarquistas.

A caçula dos Queiroz ainda associa a doença do coração, que o mataria aos 28 anos, do irmão Luciano à emoção dele ao assistir, pelo rádio, a um jogo do Brasil na Copa do Mundo de 1938, no capítulo 32: “Arraia”: “O primeiro sinal sério, ou pelo menos visível a todos, foi durante uma Copa do Mundo – aquela em que jogaram Leônidas e Perácio (...)

Atribuiu-se tudo (a doença) à sua exagerada paixão por futebol, ao lance que fora realmente de perder o fôlego e àquela sensação meio exotérica de estar tudo aquilo acontecendo lá, na distante Europa, e a gente escutando no Pici através do primeiro rádio que tivemos e só instalado havia poucos dias” (p. 168 e 169); ou quando esta mesma Maria Luíza conta de uma “Viagem”, capítulo 36, saindo do Pici ao sertão: “Saímos do Pici de madrugada e as primeiras horas da viagem decorreram sem maiores tropeços (...) Tudo isso, mundo que foi do tio de meu pai, mundo de meu pai e agora – naquele tempo – também meu. O coração da menina se espalhava, entrava de terras e águas adentro; que depois do longo confinamento no Pici era respiração e o ar recurados” (p. 179 e 182); ou o contrário, uma ida do sertão ao Pici, no capítulo 39, “Arizona”: “Por esses dias tivemos que ir ao Pici, onde havia umas questões para mamãe resolver. Ou também para tomar um fôlego, respirar os ares frescos e as bonanças do sítio, depois de todos aqueles sufocos” (p. 198).

Mesmo quando lemos suas várias coletâneas de crônicas são frequentes as referências ao “Sítio do Pici” e àquela importante período de vida da escritora, que iniciava sua vida ao mesmo tempo em que o sítio seguia para se tornar um dos mais populosos bairros de nossa capital. Recentemente li a crônica publicada, em 06 de setembro de 1944, no jornal *O Povo*, intitulada de “Pelo telefone”, em que ela escrevia, do Rio de Janeiro: “Até hoje, a única entidade do

mundo que me consegue arrancar cartas (e cartas semanais!) é um agrupamento doméstico e bem amado que habita uma grande casa de alpendre à beira de um açude, junto à romântica Porangaba, onde Iracema tomava banho e igualmente perto da atual base aérea do Pici (foi até o nosso sítio que teve a honra de dar o seu nome à base)”.

Parque Ecológico Rachel de Queiroz

O bairro Pici, desde sua origem, esteve muito próximo da natureza por suas características rurais, visto que foram antigos sítios e chácaras distantes do centro de Fortaleza, sempre foi associado a reservas naturais importantes, como o velho “Riacho Pici” (conhecido como “Riacho Cachoeirinha”, afluente do “Riacho Alagadiço”, hoje quase transformado em esgoto), que cortava a vasta vegetação, enchia açudes (como o açude dos Queiroz, onde na infância brincava a futura escritora de *O Quinze* e seus irmãos; e hoje resta apenas um “barreiro” coberto por vasto capinzal espremido entre fundos de casas populares) e ia desaguar lá pras bandas do Alagadiço; também um açude na antiga Fazenda Santo Anastácio (comprada depois pelo Estado para abrigar a Escola de Agronomia, que em meados dos anos 1950 seria

incorporada pela UFC, pertencendo hoje, o açude, a essa instituição), que se ligava às Lagoas de Pajussara e Porangabussu em meio à natureza ainda intocada da zona oeste da cidade, um pouco antes de a predatória povoação chegar àquelas distantes plagas.

Novamente, para mostrar como era bucólico o Pici, recorremos a textos do livro de memórias *Tantos Anos*, no capítulo 25, “Mar-Oceano”, Maria Luiza de Queiroz descreve magistralmente a natureza da região: “A nossa casa do Pici ficava numa espécie de vale, defronte ao nascente. Na parte de trás havia árvores e coqueiros e, mais ao longe as terras altas da mata, tapando o horizonte, razão pela qual eu nunca vi o pôr-do-sol.

(...) Longe de casa, numa das baixas frescas do sítio, havia as ingazeiras — árvores enormes, tronco difícil de subir e, lá em cima as vagens de caroço carnudo e aveludado.

(...) E havia as azeitoneiras na beira do açude, então nem precisava ninguém ir enredar: a língua toda roxa, por si mesma já denunciava.

(...) Também perto de casa havia o grande umbuzeiro esgalhado formando poltronas no alto, com encosto, braços e até apoio para os pés. Dali era só estender a mão e pegar as frutas, muito azedas, e ficar sentada balançando

as pernas, pensando na vida. (...) Bom, ela não tinha o mar, mas tinha o açude bem ao pé de sua casa. Esse é um caso à parte, pois era ao redor, ou dentro dele, que sua vida se explicava. O açude. Cada hora um jeito diferente, a água lisa e opaca em dias sombrios ou crespa e luminosa quando vinham as rajadas de vento.

(...) Do outro lado havia o canavial, esse sim, cheio de perigos, pois as folhas de cana cortavam como navalhas; e havia cobras, guaxinins e formigas vermelhas mordedeiras, que nos deixam o corpo todo empolado” (p.123).

Nos anos 1980, quando conheci o bairro e estudei na Faculdade de Agronomia, no Campus do Pici da UFC, ainda se via a natureza muito presente na região, mas já bastante maltratada pela urbanização predatória, desorganizada, feita à base de invasões e posses irregulares. Ainda se sentia o “cheiro” característico do interior, as águas ainda corriam entre quintais e existiam antigas vacarias em pleno funcionamento. Porém, em minha mais recente incursão pelo bairro, mais de 30 anos depois, já quase nada se vê das características áreas verdes. Buscávamos (na excursão que descrevi no capítulo “Origens do nome Pici”) os velhos sítios que marcam o início do bairro. Depois de procurarmos, em vão, o da família Braga e encontrarmos, encantados, a casa velha do “Sítio do Pici”, dos Queiroz (a escritora Socorro Acioli a ficcionalizou, transformando-a

em personagem principal de seu livro infantil *A Casa dos Benjamins*). Da alegria de vermos aquele casarão ainda bonito, majestoso, no meio de um bairro tão pobre, foi dando lugar ao desencanto de constatar que do sítio mesmo já não restava quase nada. De um lado a povoação desordenada em torno da antiga Base Americana da II Guerra e do outro a extensão do conjunto Casa Popular (depois denominado de bairro Henrique Jorge) engoliram o que fora antes “quase só natureza”. Demos uma caminhada pelas ruas em torno, procurando o “Riacho do Pici”, o açude dos Queiroz, as grandes árvores, e só encontramos um córrego com cara de esgoto impressado entre fundos de casa, e no local que antes fora o açude (onde um dia a mocinha Rachel de Queiroz tirou várias fotografias com os irmãos) existe apenas um capinzal, que acredito ter “sobrevivido” somente pela dificuldade de se construir no terreno irregular.

Desolação: muito fácil prever que, em pouco tempo, aqueles míseros “resquícios de natureza” vão desaparecer. Mas lembrei de uma reportagem recente, lida em jornal ou blog, em que o arquiteto da UFC, José Sales Costa, um piauiense radicado em “terras alencarinas”, defendia (com vastos fundamentos) o ideário do “Parque Ecológico Rachel de Queiroz”. No artigo o estudioso nos descreve: “Uma primeira descoberta foi a constatação de uma reserva natural ‘escondidinha’ na vizinhança dos maiores bairros e principais vias da Zona Oeste da cidade de Fortaleza com

características ambientais relevantes: vegetação de porte, cursos d'água fluentes em riachos, lagoas e açudes, variedade de pássaros e berçários de aves, fauna de pequenos animais silvestres.

(...) A partir desta descoberta, veio a insistência e o 'atrevimento' em demonstrar que um grande parque público municipal, aproveitando todas estas áreas, seria um acerto incomensurável para a qualidade de vida do fortalezense. Notadamente para o morador da Zona Oeste da cidade. Depois, com a confirmação da viabilidade técnica dessa ideia a partir do 'Inventário Ambiental de Fortaleza', surgiu um roteiro de diretrizes.

(...) Uma segunda descoberta. A casa onde nasceu a escritora RACHEL DE QUEIROZ estava localizada neste contexto a recuperar, no bairro Henrique Jorge, na antiga sede do Sítio Pici, da Daniel Queiroz, pai de Rachel de Queiroz, nas imediações do Autran Nunes. E esta ação poderia transformar-se em uma homenagem mais do que justa a esta nossa artista maior e à mulher guerreira que representa a nossa cearensidade.

(...) O marco conceitual desta proposta do PARQUE RACHEL DE QUEIROZ envolve a recuperação, conservação e proteção de um conjunto de ecossistemas ambientais urbanos composto de vários cursos d'água e

vegetação de porte, em situações devolutas ou inadequadamente ocupadas”.

As justificativas estão relacionadas no diagnóstico do INVENTÁRIO AMBIENTAL DE FORTALEZA – 2002/2003: “Fortaleza, apesar de sua riqueza natural, não possui, a rigor, um amplo sistema de áreas livres que possa oferecer aos seus cidadãos os benefícios de uma ‘cidade verde’.

(...) Do ponto de vista da proteção e preservação ambiental, o Parque terá influência primordial na recuperação dos ecossistemas componentes dos Riachos Alagadiço e Cachoeirinha (**no Pici**), Açudes João Lopes e Santo Anastácio (**também no Pici**). Do ponto de vista urbanístico a proposta trará ao uso público glebas urbanas hoje abandonadas, devolutas ou ocupadas indevidamente. Do ponto de vista social, haverá o resgate de dívida com a população da Zona Oeste, carente de espaços de lazer e historicamente excluída dos principais programas de melhoria do meio ambiente urbano.

(...) O desenho proposto ao Parque apresenta-se adequado ao marcos conceituais quanto a: preservar os ecossistemas ambientais existentes, fortalecer a presença de vegetação e facilitar o acesso da população. Serão quase 20 ‘portas principais’ a partir das principais vias urbanas.

Um segundo ponto refere-se às parcerias que são necessárias à consolidação da ideia: com a própria população usuária, com os proprietários de algumas glebas e com instituições existentes na proximidade, compondo um corpo de ‘guardiões do Parque’”.

Depois de reler o texto, do qual selecionamos os trechos acima, procurei o professor Jose Sales Costa, que gentilmente me recebeu em seu escritório de arquitetura e me passou cópia do “Inventário Ambiental de Fortaleza”, e então pude constatar a solidez do projeto, pormenorizado, em ricos detalhes, justificando sua abrangência e importância: “...composto de 15 trechos ao longo dos bairros Monte Castelo, Alagadiço, Presidente Kennedy, **Pici**, Bela Vista, Henrique Jorge, Dom Lustosa, Autran Nunes, Genibaú e Antônio Bezerra, em Fortaleza, Ceará”.

E de projeto tão amplo, o bairro Pici seria contemplado em duas importantes áreas, ambas dentro do *Campus* da UFC, além, claro, da recuperação do “Riacho Cachoeirinha” (antigo “Riacho Pici”), hoje localizado oficialmente no Henrique Jorge, também da cabeceira do “Açude Santo Anastácio”, na Faculdade de Agronomia da UFC, como da ligação deste com a Lagoa de Porangabussu.

Esperamos que o importante projeto do “Parque Ecológico Rachel de Queiroz” um dia saia do papel, que

entre finalmente nas pautas políticas deste estado que tem, ao longo do tempo, maltratado tanto sua natureza.

Curiosidades sobre o bairro Pici:

Estrada do Pici

Ainda hoje existe a antiga estrada que ligava os primeiros sítios do Pici a Parangaba, que era a via pela qual os moradores da região se deslocavam para assistir à missa na igreja do Asilo da Parangaba ou pegar o transporte para Fortaleza.

É a atual Rua Estrada do Pici, onde, quase por milagre (o pesquisador Nirez atribui esse “quase milagre” de sua “sobrevivência” à abertura de novas avenidas, bem mais largas, como a Av. Carneiro de Mendonça, depois as avenidas Senador Fernandes Távara e Lineu Machado), ainda existem resquícios da velha rodagem de terra batida que ligava os sítios do Pici à freguesia do, então, distrito de Porangaba.

Ela vai serpenteando por vários bairros, como se fosse um riacho teimoso em meio à mata ainda virgem de

tempos atrás; e seu traçado irregular continua desafiando os tempos e o desenho cartesiano das novas ruas e dos novíssimos bairros que foram (e vão) aos poucos “engolindo” as terras sem fins do antigo Pici.

Inicia-se lá pras bandas do Autran Nunes e desce irregular na direção da cabeceira sul da lagoa de Parangaba, cortando antes (curiosamente forma um estranho triângulo retângulo com as avenidas Senador Fernandes Távora e Lineu Machado, onde estas últimas são os catetos e ela, a gloriosa hipotenusa) os bairros Henrique Jorge e Jóquei Clube, mudando de nome antes de desaguar na imponente lagoa.

Vale lembrar que desde o século XIX, quando as terras do Pici ainda faziam parte da Parangaba, os rebanhos de gado transitavam pela “Estrada do Barro Vermelho-Parangaba”. Essa via ligava o Antônio Bezerra (Barro Vermelho) à Parangaba (ainda Porangaba), posteriormente um breve trecho dela – de uns 4km, que ligava os sítios à cabeceira da “Lagoa de Parangaba” – ficou conhecido como “Estrada do Pici”; e hoje é denominada Rua Estrada do Pici.

A Casa dos Benjamins

A casa sede do “Sítio do Pici”, pertencente à família Queiroz (comprada, derrubada e reconstruída por Daniel Queiroz, pai da escritora Rachel de Queiroz) continua de pé, maltratada, mas surpreendentemente firme, com seus enormes ficus-benjamim na frente e no meio da rua, destoando de tudo o que existe na região, antes denominada de Pici, hoje pertencente ao bairro Henrique Jorge.

A imponente casa, já sem o açude e a maioria das terras que a circundavam, foi transformada em personagem principal de uma bela obra infantil da escritora cearense Socorro Acioli: *A Casa dos Benjamins*, onde a autora volta (pois Socorro já escreveu um excelente artigo, “Das palavras sob as telhas da velha casa”, contando a história da casa) a brincar com a jovem escritora Rachel, bem antes que ela escrevesse seu primeiro e mais famoso livro.

Assim começa a aventura em que aquele estranho casarão, completamente esquecido pelos nossos órgãos gestores da cultura, continua a nos fazer medo:

“A Casa dos Benjamins.

Há muitos anos eu tinha vontade de entrar naquela casa, mas não conseguia criar coragem. Sempre que eu

passava por perto, ficava arrepiada só em saber que estava próximo do quarteirão da casa amarela, que todo mundo dizia que era mal assombrada.

Era uma casa grande, muito velha, sem muro nenhum na frente e com quatro árvores enormes, duas plantadas no meio da rua e as outras duas mais perto da porta. Era amarela, como eu já disse, mas um amarelinho meio desbotado. Dizem por aqui que as árvores são as guardiãs da casa, estão cheias de marimbondos e ninguém consegue chegar perto delas. Dizem também que uma construtora já tentou derrubar a casa várias vezes para construir um prédio, mas as árvores expulsaram os demolidores, sacudindo os galhos, de onde caíam cobras enroladas, enxotando os homens que vinham prontos para destruir tudo, mas nunca mais voltaram. Homem com medo de árvore? É tudo muito esquisito.

Confesso que simpatizei com as árvores quando soube disso. Elas concordam comigo, pois eu acho que não está certo derrubar casas antigas. É como rasgar o álbum de família de uma cidade. Quem vai contar a história para os que virão depois?

A velha casa amarela ficava bem perto da minha casa, a caminho do ponto do ônibus, da padaria e da escola onde eu estudo. Se fôssemos em linha reta para um desses lugares, sempre passaríamos por lá, mas minha mãe

desviava e dava um jeito de ir por outro lado. Acho que ela também tinha medo” (Socorro Acioli).

Ao procurarmos informações sobre a situação legal da casa, ficamos sabendo que ela foi “Tombada em caráter definitivo, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através do Decreto n.º 12.582/2008”. Mas, levando-se em conta a agilidade demonstrada por várias administrações municipais anteriores em relação a outros imóveis históricos da cidade, só nos resta temer que, infelizmente, ela venha a “tombar” de verdade, desta vez por sobre os ombros do descaso e da nossa incompetência geral.

Em nossa visita recente ao “Sítio do Pici”, perguntei a uma vizinha antiga da “Casa dos Benjamins” como estava a situação do “tombamento” da prefeitura, ela nos informou que os atuais donos “não deixam ninguém entrar sem autorização”, que “muita gente vem olhar de fora a casa”, que ela “é mais conhecida hoje como ‘Sítio do Papai’” e que, recentemente, ouviu boatos: “a prefeitura disse que ia fazer uma biblioteca, mas nunca mais apareceu ninguém”.

Fomos embora desolados, com receio de não mais encontrar aquela importante construção em nossa próxima visita. E, como no livro de Socorro Acioli, os galhos se agitaram para nós, sugerindo despedida.

Rachel de Queiroz e os *Blimps* americanos

Uma das melhores crônicas (ou contos) de Rachel de Queiroz é ambientada no bairro Pici, mostrando magistralmente o período em que os americanos instalaram sua base aérea durante a II Guerra Mundial, quando o bairro começou a ser povoado. O texto foi publicado em jornais, coletâneas e antologias pelo Brasil afora, chegando até a ser filmado. Foi incluído no livro *O Brasileiro Perplexo* e, recentemente, republicado na coletânea *A Casa do Morro Branco*.

Há boatos de que a personagem do belo relato seria baseada em sua amiga Alba Frota, mas tudo indica que ela usou como modelo para a ficção a sua irmã caçula Maria Luíza de Queiroz, apesar do protesto desta em depoimento (reproduzido aqui no capítulo sobre a “Base Aérea Americana do Pici”) no livro de memória das duas, *Tantos Anos*.

Vejamos, então, alguns trechos da tão citada crônica ambientada no Pici:

“Tangerine-Girl

De princípio, interessou-a o nome da aeronave: não ‘zepelim’ nem dirigível, ou qualquer outra coisa antiquada; o grande fuso de metal brilhante chamava-se modernissimamente *blimp*. Pequeno como um brinquedo, independente, amável. A algumas centenas de metros da sua casa ficava a base aérea dos soldados americanos e o poste de amarração dos dirigíveis. E de vez em quando eles deixavam o poste e davam uma volta, como pássaros mansos que abandonassem o poleiro num ensaio de voo.

(...) Os olhos da menina prendiam-se, portanto, ao *blimp* sem nenhum desejo particular, sem a sombra de uma reivindicação.

(...) O seu primeiro contato com a tripulação do dirigível começou de maneira puramente ocasional. Acabara o café da manhã; a menina tirara a mesa e fora à porta que dá para o laranjal, sacudir da toalha as migalhas de pão. Lá de cima um tripulante avistou aquele pano branco tremulado entre as árvores espalhadas e a areia, e o seu coração solitário comoveu-se.

(...) A menina que sacudia a toalha erguera realmente os olhos ao ouvir o motor do *blimp*. Viu os braços do rapaz

se agitarem lá em cima. Depois viu aquela coisa branca fender o ar e cair na areia; teve um susto, pensou numa brincadeira de mau gosto – uma pilhéria rude de soldado estrangeiro. Mas quando viu a caneca branca pousada no chão, intacta, teve uma confusa intuição do impulso que a mandara; apanhou-a, leu gravadas no fundo as mesmas letras que havia no corpo do dirigível: *U.S. Navy*.

(...) Foi assim que se estabeleceu aquele rito matinal. Diariamente passava o *blimp* e diariamente a menina o esperava; não mais levou a toalha branca, e às vezes nem sequer agitava os braços: deixava-se estar imóvel, mancha clara na terra banhada de sol. Era uma espécie de namoro de gavião com gazela: ele, fero soldado cortando os ares; ela, pequena, medrosa, lá embaixo, vendo-o passar com os olhos fascinados.

(...) Pôs-se a estudar com mais afinco o seu livro de conversação inglesa; quando ia ao cinema, prestava uma atenção intensa aos diálogos, a fim de lhes apanhar não só o sentido, mas a pronúncia. Empréstava ao seu marinheiro as figuras de todos os galãs que via na tela, e sucessivamente ele era Clark Gable, Robert Taylor ou Cary Grant.

(...) Não lhe ocorria que não pudesse ser sempre o mesmo marinheiro. E, na verdade, os tripulantes se revezariam diariamente: uns ficavam de folga e iam passear

na cidade com as pequenas que por lá arranjavam; outros iam embora de vez para a África, para a Itália. No posto de dirigíveis, criava-se aquela tradição de menina do laranjal. Os marinheiros puseram-lhe o apelido de '*Tangerine-Girl*'. (...) Talvez porque ela os esperava sempre entre as laranjeiras. E talvez porque o cabelo ruivo da pequena, quando brilhava à luz da manhã, tinha um brilho acobreado de tangerina madura. Um a um, sucessivamente, como um bem de todos, partilhavam eles o namoro com a garota Tangerine.

(...) Não sei por que custou tanto a ocorrer aos rapazes a ideia de atirar um bilhete. Talvez pensassem que ela não os entenderia. Já fazia mais de um mês que sobrevoavam a casa, quando afinal o primeiro bilhete caiu; fora escrito sobre uma cara rosada de rapariga na capa de uma revista: laboriosamente, em letras de imprensa, com os rudimentos de português que haviam aprendido da boca das pequenas, na cidade: Dear Tangerine-Girl. Please você vem hoje (today) base X. Dancing, show. Oito horas P.M.

(...) Não pudera acenar uma resposta porque só vira o bilhete ao abrir a revista, depois que o *blimp* se afastou. E estimou que assim o fosse: sentia-se tremendamente assustada e tímida ante aquela primeira aproximação com o seu aeronauta. Hoje veria se ele era alto e belo, louro ou moreno.

(...) Muito antes de escurecer, já estava penteada, vestida. Seu coração batia, batia inseguro, a cabeça doía um pouco, o rosto estava em brasas. Resolveu não mostrar o convite a ninguém; não iria ao show; não dançaria, conversaria um pouco com ele no portão.

(...) E às oito em ponto ouviu risadas e tropel de passos na estrada, aproximando-se.

Com um recuo assustado verificou que não vinha apenas o seu marinheiro enamorado, mas um bando ruidoso deles. Viu-os aproximarem-se, trêmula. Eles a avistaram, cercaram o portão – até parecia manobra militar –, tiraram os gorros e foram se apresentando numa algazarra jovial.

(...) Que vergonha, meu Deus! Dera adeus a tanta gente; traída por uma aparência enganosa, mandara diariamente a tantos rapazes diversos as mais doces mensagens do seu coração, e no sorriso deles, nas palavras cordiais que dirigiam à namorada coletiva, à pequena Tangerine-Girl, que já era uma instituição da base – só viu escárnio, familiaridade insolente... Decerto pensavam que ela era também uma dessas pequenas que namoram os marinheiros de passagem, quem quer que seja... decerto pensavam... Meu Deus do Céu!

(...) E, quando um deles, curvando-se, lhe ofereceu o braço, viu-a com surpresa recuar, balbuciando timidamente:

– Desculpem... houve engano... um engano...

E os rapazes compreenderam ainda menos quando a viram fugir, a princípio lentamente, depois numa carreira cega. Nem desconfiaram que ela fugira a trancar-se no quarto e, mordendo o travesseiro, chorou as lágrimas mais amargas e mais quentes que tinha nos olhos.

Nunca mais a viram no laranjal; embora insistissem em atirar presentes, viam que eles ficavam no chão, esquecidos – ou às vezes eram apanhados pelos moleques do sítio” (Rachel de Queiroz).

A decepção da jovem enamorada, pensando ser o piloto apenas um, quando descobriu que eram vários soldados americanos, seguida da atitude “desesperada” de sair correndo é uma das cenas mais belas escrita por Rachel de Queiroz. Cena que fica na memória de quem lê a crônica ou vê o filme, e que foi ambientada (para alegria nossa) no nascente bairro Pici.

Os resquícios da velha base americana

Dando-se um passeio pelo bairro Pici, pedindo informações aqui e ali, tendo anotados algumas pistas e endereços fornecidos por pesquisadores, livros e notícias de jornais, conseguimos encontrar diversos “resquícios” da passagem dos americanos por Fortaleza durante a II Guerra Mundial.

Na comunidade do Pantanal, ainda existem vários trechos de asfalto da antiga pista da Base Aérea Americana do Pici, chegamos a confundir o asfalto grosso da época com o atual, em ruas maltratadas, cheias de matos e com esgotos correndo a céu aberto. Também encontraremos, sem dificuldades, abrigos subterrâneos, que serviram de depósitos de armas e munições (eram camuflados com lonas verdes e arbustos, para não serem vistos por possíveis aviões inimigos), chamavam-se “casamatas” ou *bunker*; depois da guerra, foram abandonados e adaptados (muito embora se conservem quase como antes) por moradores da região como residências; hoje os tais depósitos servem como salas e quartos de casas pobres. Dois grandes galpões continuaram a ser utilizados pela UFC e pela Cagece; também no Campus do Pici da UFC avistaremos tanques utilizados para conservação (e lavagem) dos dirigíveis (*blimps*) americanos, continuam por lá, em frente a prédios de departamentos universitários.

Outra curiosidade relacionada à passagem norte-americana por Fortaleza foi a de que a base aérea do Pici começou a ser construída em julho de 1941, pela empresa cearense Campelo & Gentil, mas teve que ser inaugurada prematuramente em fevereiro de 1942, com 75% de sua extensão concluída, para, emergencialmente, receber o pouso de um avião norte-americano B-17, que se encontrava perdido de sua rota principal. Dizem que o sobrevoo da aeronave causou grande aflição na população, que já vinha assustada com as notícias da guerra. A conclusão definitiva da Base Aérea do Pici aconteceu em março de 1942, porém, especialistas norte-americanos e brasileiros concluíram que houve erro no posicionamento da pista, dificultando (e até colocando em risco) pouso e decolagem de aeronaves maiores, sendo necessário que procurassem outro local propício para construir uma nova pista, o que aconteceu no Cocorote (onde hoje é o Aeroporto Pinto Martins), mas antes os “gringos” tentaram, acreditem, construir a base aérea em plena Aldeota, beirando a Praia de Iracema.

Bairros que nasceram “dentro” do Pici

Além das terras em torno da antiga Base Aérea Americana da II Guerra Mundial (que foram depois divididas entre a UFC e o DNOCS, como nos conta o arquiteto José Liberal de Castro no capítulo sobre o “Campus Universitário do Pici”), dos muitos sítios que foram sendo vendidos (ou invadidos) desde meados da década de 1940, uma boa parte da extensa área do bairro Pici (que em suas origens era bem maior do que a dos atuais limites oficiais) pertencia à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e à Legião Maçônica da Capital.

Quando a UFC incorporou a Faculdade de Agronomia, situada então no “Sítio Santo Anastácio”, bem distante da Antiga Base Americana e dos velhos sítios, o bairro cresceu bastante para o norte, no que o arquiteto Liberal de Castro discorda da denominação “Pici” ligada ao “Campus da UFC”: “A denominação *Campus do Pici* logo se impôs, conquanto topograficamente incorreta. Teria sido melhor dizê-la *Campus de Santo Anastácio*, pois, na verdade, Pici era nome de um sítio distante, localizado a oeste da Lagoa da Parangaba, em cujas proximidades foi locado o portão de acesso à base”.

Se o bairro “ganhou” com essa extensão dos seus limites para o norte, para o sul e leste somente perdeu, pois muito de seu vasto território foi “roubado” pelos bairros Jóquei Clube e Henrique Jorge, que, por sua vez, não foram invadindo suas vastas terras vindos de fora, mas criados praticamente “dentro” do Pici.

Ao sul dos antigos sítios e da povoação inicial em torno da base aérea americana, foi inaugurado, no dia 3 de maio de 1950, com o nome de Núcleo de Presidente Vargas, o primeiro conjunto habitacional de Fortaleza. Algum tempo depois passou a se chamar “Casa Popular”. Havia ainda poucas casas, sendo, na década seguinte, ampliado na direção do “Sítio dos Queiroz”, que foi loteado depois que a família o vendeu. Já na década de 1960, o bairro mudou novamente de nome: de “Casa Popular” passou para “Bairro Henrique Jorge”, em homenagem ao músico, nascido em Fortaleza, que era pai do então governador Paulo Sarasate e do jornalista e escritor João Jacques. Vejam que esta “invasão” ao sul “tomou” não somente grandes áreas do Pici, mas incorporou até mesmo o(s) sítio(s) que lhe deu(ram) o nome.

A leste dos antigos sítios do Pici, entre estes e a Parangaba, onde já existiu um cemitério dos índios Marupia-ras, nasceu o bairro Jóquei Clube. Um sítio de propriedade de Nestor Cabral foi comprado, em 1932, pelo alemão

Franz Wierzbicki – ele viera para o Brasil durante a I Guerra Mundial e era funcionário da RVC (“Rede de Viação Cearense”, que depois virou Rffsa) – que deu à propriedade o nome de *Glück-auf* (“feliz regresso”, em alemão). Por ser alemão, sofreu forte pressão dos militares durante a II Guerra Mundial. Por isso teve que vender parte do sítio, onde, em 1947, foi instalado o Jockey Clube Cearense. Com sua morte, os herdeiros lotearam o que restou, também venderam grande terreno para o Fortaleza Esporte Clube (onde foi construído o “Estádio Alcides Santos”). O casarão, um dos últimos redutos do sítio que originou o bairro, continua de pé, abrigando o zoológico “Ecopoint”. Nasceu, portanto, desse loteamento “dentro do Pici”, um novo bairro de Fortaleza.

Referências Bibliográficas

ACIOLI, Socorro. *A Casa dos Benjamins*. São Paulo: Editora Caramelo, 2005. (Ilustrações de Daniel Diaz).

_____. *Rachel de Queiroz*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. (Coleção Terra Bárbara).

_____. “Das palavras sob as telhas da velha casa”. In: *Uma Escrita no Tempo* (ensaios sobre Rachel de Queiroz, organização de Fernanda Coutinho). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. *Diccionario Geographico, Histórico e Discriptivo do Estado do Ceará*. Fortaleza: 1903.

ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1990.

_____. *O Nosso Cancioneiro*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 33.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA (Vol. 4). Instituto Moreira Salles. São Paulo, 1997.

CASTRO, José Liberal de. “Martins Filho, o edificador”. In: *Martins Filho de Corpo e Alma*. (Coletânea de artigos, organizada por Paulo Elpidio de Menezes Neto). Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.

CHAVES, Gylmar. “Histórias e andanças”. In: *Viva Fortaleza* (organizado por Gylmar Chaves e Patrícia Veloso). Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2011.

FALCÃO, Márlío Fábio Pelúcio. *Fortaleza em Branco e Preto*. Fortaleza: Fundação IPLANCE, 1996.

- FARIAS, Airton de; FARIAS, Vagner de. *Fortaleza: História, Tradição e Glórias*. Fortaleza: Edições Ao Livro Técnico, 2005.
- FILHO, Martins. *Memórias* (Maioridade), tomo II. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1994.
- GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987, p. 233.
- LUZ, Murilo. *Estórias da caserna*. 2ª ed. Fortaleza: Edição do autor, 1997.
- O POVO, Arquivos do jornal. Ano de 1962.
- OLIVEIRA, Augusto; LAVÔR, Ivonildo. *A História da Aviação no Ceará*. 2.ª Edição. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.
- QUEIROZ, Raquel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos Anos*. São Paulo: Editora Siciliano, 1998.
- _____. *A Casa do Morro Branco*. São Paulo: Siciliano, 1999.
- _____. *Obra Reunida* (5 vols.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- _____. *O Brasileiro Perplexo*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.
- _____. *O Quinze* (54.ª edição). São Paulo: Siciliano, 1993.
- _____. *A Lua de Londres* (coletânea de crônicas, organização de Ana Miranda). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.
- _____. *Do Nordeste ao Infinito* (coletânea de crônicas, organização de Regina Ribeiro). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.
- STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume Segundo. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1913.

WEYNE, Alfredo Nunes. *Pedaços do meu passado* (memórias, coordenado por Maryse Weyne Cunha). Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1981.

Este livro foi impresso em Fortaleza (CE), no verão de 2014.

A fonte usada no miolo é Times New Roman, corpo 11/13,5.

O papel do miolo é pólen 90g/m², e o da capa é cartão supremo 250g/m².